

■ Edição especial do Projeto de Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social



diálogo social

Março 2014

Para transformar
o trabalho no Brasil

**Novos
caminhos
para
garantir
e ampliar
direitos**



DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Uma inédita conjugação de esforços

O maior resultado do projeto de Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social é a convergência de pessoas e instituições para dar respostas conjuntas a um grave problema social no país. Ao garantir a participação do governo, dos empregadores e dos trabalhadores, além de outras organizações, o projeto criou um campo de discussão temática e de cooperação que favorece a democracia e a participação social na definição dos rumos que nossa sociedade deve tomar.

Com o projeto, foi quebrado o paradigma de soluções que vêm de cima ou de mentes iluminadas. A soma de experiências e de conhecimentos permitiu a compreensão mais profunda da questão da informalidade e suas implicações na vida das pessoas, das empresas e das comunidades.

Com isso, o projeto, coordenado pelo DIEESE e Centrais Sindicais e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), conquistou apoios fundamentais para ampliar a investigação e o levantamento de propostas e consolidar a busca conjunta por soluções para transformar essa realidade. O projeto inicial previa a organização de quatro pilotos: Comércio de Porto Alegre, Construção de Curitiba, Confecção no Agreste pernambucano e Agricultura familiar em Ituporanga (SC), que substituiu Morrinhos (GO).

No entanto, o programa se expandiu, com a incorporação do piloto de cajucultura no interior do Ceará, patrocinado pela Fundação Banco do Brasil, em agosto de 2011. Em seguida, tendo o Ministério da Previdência Social à frente, o governo federal deixou clara sua disposição de participar ativamente das discussões a partir da criação do Grupo de Trabalho Interministerial (portaria 491) "para acompanhar, discutir, analisar e avaliar as propostas do Projeto de Redução da Informalidade". Até o final do ano de 2012 seria integrado um novo piloto: Assalariados Rurais da Região de Fronteira, no Rio Grande do Sul.

Em 2013, convênio assinado com o Ministério da Previdência Social garantiu a execução de mais três pilotos: Construção em Salvador, Bares e Restaurantes em Natal e Emprego Doméstico na Bahia e em âmbito nacional.

Um crescimento à altura da importância do tema e do envolvimento de tantos parceiros, interessados em encontrar saídas para fenômeno tão complexo que afeta milhões de brasileiros.



sumário

Números da informalidade no Brasil	4
Entrevista: "Sou informal, não tenho direitos"	8
Entrevista: Rosane Maia, do DIEESE	10
Entrevista: Ismael Gílio, do BID	12
Olhar dos parceiros	14
eSocial: tudo num lugar só	18
O Diálogo Social	20
Piloto de Agricultura Familiar de Ituporanga (SC)	22
Piloto de Confeccões no Agreste Pernambucano (PE)	28
Piloto de Cajucultura em Pacajus (CE)	32
Piloto de Assalariados Rurais em Uruguaiana (RS)	36
Piloto de Comércio em Porto Alegre (RS)	38
Piloto de Bares e Restaurantes em Natal (RN)	40
Piloto de Construção em Salvador (BA)	42
Piloto de Construção Civil em Curitiba (PR)	45
Piloto de Emprego Doméstico (BA/Nacional)	46
Artigo: Clemente Ganz Lúcio	52

Expediente

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Rua Aurora, 957 - 1º andar – Centro, CEP: 01209-001 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3874-5366 / Fax: (11) 3874-5394 – en@dieese.org.br – www.dieese.org.br

DIREÇÃO EXECUTIVA

Presidente: Antônio de Sousa
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas e de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Maximo de Oliveira Pinho

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

DIREÇÃO TÉCNICA

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos

Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Angela Maria Schwengber

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Rosane de Almeida Maia

Apoio

Geni Marques

Natali Machado Souza

Projeto Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social

SUPERVISÃO DO PROJETO

Ismael Gilio, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Fundo Multilateral de Desenvolvimento (FOMIN)

REVISTA DIÁLOGO SOCIAL

Produção: Duplo Ofício Comunicação (31) 3077-2877

Textos: Pêrsio Fantin, Conceição Amaral, Virgínia Loureiro e Marcio Godinho
Projeto gráfico e diagramação: Eliane Lemos Dias

Edição: Marcio Godinho e Sérgio Aspahan

Produção gráfica: José Nicolau de Abreu

Impressão: Rede Editora e Gráfica (31) 3222-4402



Um grande desafio nacional

Incorporar na economia formal os milhões de trabalhadores sem direitos trabalhistas e sem perspectivas de melhorar a qualidade de vida exige a mobilização de todos os atores sociais que podem contribuir para reduzir esse grave problema social.

Um contingente de aproximadamente 44 milhões de trabalhadores atua na informalidade no Brasil. São assalariados sem carteira, autônomos, não renumerados ou subcontratados.

Segundo dados do IBGE, os informais representavam 54,7% dos ocupados em 2001. O percentual caiu em 2012, mas segue em consideráveis 47%.

"Estamos diante de um desafio enorme, que demanda políticas inovadoras", ressalta Elizabeth Tinoco, diretora regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a América Latina e Caribe. Há gargalos que vão desde legislação inadequada para o segmento até falhas na fiscalização do trabalho e desmobilização dos próprios trabalhadores.

"Apenas 10% dos brasileiros que atuam na informalidade estão organizados em cooperativas, que seria o cenário ideal", ratifica Valmor Schiochet, diretor de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho. Segundo ele, a ausência de uma pauta unificada dos segmentos informais traz dificuldades até para o poder público implementar avanços.

Neste cenário, todos perdem. O governo sofre impactos na arrecadação fiscal, o

que compromete investimentos em infraestrutura social e a capacidade de planejamento. A chamada economia subterrânea representa 15,9% do PIB, segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas. Sua diminuição gradativa é creditada em grande parte às medidas e programas do governo Federal de combate à pobreza. "O modelo de inclusão social, que está em curso, é um dos pilares do desenvolvimento econômico", afirma Silvani Alves Pereira, secretário de Políticas Públicas do Ministério do Trabalho.

É consenso entre os especialistas que o país precisa avançar muito neste campo, como garantir aos informais proteção social, dar acesso ao microcrédito e propiciar assessoramento técnico. "Não temos que extirpar o trabalhador informal, mas dar condições para que ele agregue valor ao que pro-

duz", defende Alexandre Barbosa, professor do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Um dos obstáculos é a complexidade do setor informal, que apresenta várias segmentações e tem como característica a lógica da competitividade entre si. Cada um cuida da sua produção e do seu ganho. Uni-los em forma de cooperativas é uma das saídas. "É um trabalho de formiguinha", atesta Barbosa.

A chamada economia subterrânea representa 15,9% do PIB.

Fotos Arquivo



Uma legião de desprotegidos

Os benefícios do INSS tiram 24,7 milhões de brasileiros do estado de pobreza, boa parte formada pela população idosa. Embora expressivo, o número poderia ser pelo menos o dobro. O Ministério da Previdência Social (MPS) calcula que 24,8 milhões de trabalhadores ocupados, na faixa etária de 16 a 59 anos, estão fora da proteção previdenciária porque integram o contingente do trabalho informal no Brasil.

Eles equivalem a 28,6% do total de beneficiários do INSS. Trata-se de uma legião de brasileiros, e seus dependentes, sem qualquer auxílio formal em casos de afastamento do trabalho por doença, acidente, invalidez, maternidade e idade avançada.

Inclusão

“É uma situação de muita vulnerabilidade”, atesta Rogério Nagamine, diretor do Departamento de Regime Geral da Previdência. Para ele, a situação configura perda da capacidade dessas pessoas de gerarem renda, justamente

em momentos de maior necessidade.

Nagamine aponta iniciativas de inclusão que, aos poucos, ajudam a melhorar o quadro. Uma delas é o programa para o microempreendedor individual (MEI), que formaliza trabalhadores por conta própria mediante contribuição mensal equivalente a 5% do salário mínimo - R\$ 36,20. O MEI fechou o ano de 2013 com a adesão de 3,659 milhões de autônomos. Destes, 7,3% são beneficiários do Bolsa Família, ou seja, de baixa renda.

Outro avanço, segundo Nagamine, é a recém implementada legislação para o trabalho doméstico, que garantiu aos empregados direitos como fixação de jornada de trabalho e recebimento

de horas extras.

No que se refere aos direitos dos informais, os objetivos estão longe de ser alcançados, mas Nagamine reconhece um “processo expressivo na ampliação da cobertura previdenciária” na última década. “Em 2002, quase 40% da população ocupada estavam sem proteção previdenciária, percentual que foi reduzido para menos de 30%”.

**Micro-
empreendedor
individual e
legislação para
o trabalho
doméstico
foram avanços
importantes.**

Agência Sebrae de Notícias





A heterogeneidade da estrutura ocupacional brasileira

A informalidade é a condição de quase metade da população ocupada, ao se considerar a situação de desproteção social, ou seja, a falta de cobertura da legislação trabalhista e previdenciária e, também, o abrigo decorrente da negociação coletiva protagonizada pelas entidades sindicais.

O desenvolvimento brasileiro observado na última década, com a dinâmica de crescimento com distribuição de renda, teve impacto positivo sobre o mercado de trabalho e promoveu mudanças importantes. Os resultados revelam uma melhora nos principais indicadores: crescimento da ocupação, queda do desemprego, aumento da formalização e redução da informalidade, acompanhados por crescimento do valor real do salário mínimo, significativo aumento da massa salarial e resultados mais positivos nas negociações salariais.

Esse conjunto de transformações favoráveis não permite ainda antever a superação da heterogeneidade que sempre caracterizou nossa estrutura ocupacional. Permanecem, portanto, desafios históricos e estruturais, destacando-se os baixos rendimentos, a rotatividade, significativos diferenciais de produtividade e a informalidade.

Segundo os dados da PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, em 2012 a população ocupada de 93,9 milhões de pessoas era composta por 62,1% de empregados (58,3 milhões de pessoas), 20,8% de trabalhadores por conta própria (19,5 milhões), 6,8% de traba-

lhadores domésticos (6,4 milhões) e 3,8% de empregadores (3,6 milhões). Os demais trabalhadores (6,2 milhões) estavam assim distribuídos: trabalhadores não remunerados (2,7%); trabalhadores na produção para o próprio consumo (3,8%) e trabalhadores na construção para próprio uso (0,1%).

Expansão

Nos últimos anos, observou-se uma expansão significativa da formalidade. De 2001 a 2011, a proporção de pessoas ocupadas em trabalhos formais, que inclui empregado com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social registrou um aumento de 10,7 pontos percentuais, alcançando 56,0% do total.

O país, entretanto, continua registrando um contingente expressivo de ocupados em trabalhos informais: 44,2 milhões de pessoas. Assim, atualmente a informalidade abrange 45,2% das mulheres e 43,2% dos homens ocupados, de acordo com o IBGE.

A dimensão do mercado de trabalho brasileiro e sua grande heterogeneidade colocam o Brasil como importante referência para a investigação sobre informalidade e seu enfrentamento, por meio do diálogo social e da intervenção visando a construção de um quadro regulatório avançado e de políticas públicas inovadoras e inclusivas. ■

entrevista

diogo
amorim



Diogo Amorim: vida dura de informal marcada pela falta de perspectivas

Sou informal, não tenho direitos

Diariamente, Diogo Amorim, 27 anos, batalha para escoar sua cota variada de picolés em Belo Horizonte (MG). Com o dinheiro que ganha paga as despesas da casa e de seus quatro filhos. Com medo de deixar a família desamparada, já que não possui carteira assinada e não paga o INSS, Diogo é um típico trabalhador informal desprovido dos direitos básicos e da proteção previdenciária.

Há quanto tempo você trabalha como vendedor de picolés?

Diogo: Comecei a vender picolés há um ano por indicação do meu tio, que também vende. Eu não estava conseguindo arrumar emprego, então ele me indicou para a mesma fábrica onde ele pega o carrinho.

Como é sua rotina?

Diogo: Todos os dias pego o carrinho de picolés na fábrica às 8h e desço a pé do Alto Vera Cruz

até a Savassi. Fico circulando pela região até as 17h. Aos sábados costumo ficar até as 15h. Só tenho folga aos domingos, quando tiro o dia para ter lazer com meus filhos de um, dois, quatro e cinco anos.

Quantos picolés você vende em média por dia? Você consegue guardar algum dinheiro por mês?

Diogo: Costumo vender cerca de 100 picolés por dia, por R\$ 2,00 cada. Fico com 50% do

dinheiro e repasso o restante para o dono do carrinho. Tudo que ganho é pra comprar as fraldas dos meus filhos e pagar as contas.

Quando chega a época de chuvas e frio, como você faz, tendo em vista que o movimento diminui?

Diogo: Aí tenho que juntar uns troquinhos para pagar o aluguel. Eu tento guardar um pouco toda semana, mas com o dinheiro na mão às vezes a gente gasta né? Sempre tem alguma despesa.

E na época do Natal, como você faz para comprar presentes para seus filhos sem 13º salário?

Diogo: Fica meio difícil. Eu deixo de comprar coisas pra mim pra comprar pros meus filhos. E tem que separar um dinheiro pra comprar uma carne pra gente comer no Natal. Mas quando a gente não tem, vamos pra casa de familiares. Eu tento fazer o máximo possível pelos meus meninos, porque eles dependem de mim. O que eu puder fazer por eles, eu faço. O que eu não puder, paciência, porque eu não vou roubar.

O fato de você não ter férias pagas prejudica sua família?

Diogo: Acho que prejudica um pouco, né? Se eu tivesse trabalhando fichado ia ajudar. Eu ia poder viajar com o meus meninos. Tenho vontade de ir a Vitória, conhecer a praia.

Vamos supor que você continue vendendo picolés. Já pensou como será sua aposentadoria?

Diogo: Eu não conheço muito dos direitos, não, mas acho que o trabalho fichado ajuda bastante na aposentadoria, sim.

Você já trabalhou com carteira assinada?

Diogo: Trabalhei fazendo limpeza no almoxarifado de um hospital, mas fiquei pouco tempo.

Você costuma buscar capacitação profissional? Fazer cursos?

Diogo: Tenho vontade de fazer cursos. Uma vez ganhei um curso de manutenção de carros, mas não pude fazer porque não tive condições de pagar as passagens de ônibus para frequentar as aulas.

Em sua opinião, quais são as vantagens do trabalho formal?

Diogo: São muitas as vantagens de trabalhar com carteira assinada, porque se eu me machucar ou tiver algum problema é só levar o atestado para a empresa. Trabalhar de bico às vezes é ruim, porque se o fiscal me vê ele toma a mercadoria e sou obrigado a pagar o conteúdo do carrinho. Eu acho muito bons, os benefícios. Quando chega dezembro, a gente ganha um dinheiro a mais que ajuda dentro de casa, né? O

emprego fichado é mais garantido. No dia certo o dinheiro está lá. Não tem preocupação. Para vender picolé tem que andar muito, porque se não der duro, não arruma nada. Devo andar umas oito ou nove horas por dia.

Você tem vontade de voltar a trabalhar com carteira assinada?

Diogo: Se eu conseguisse um emprego fichado, eu ia gostar muito. Ia ser o maior prazer da minha vida. Eu estou doido caçando serviço e não consigo. Ai, eu vendo picolé, porque não posso ficar parado. Até fiz uma entrevista esses dias, para repositor de estoque em uma loja, mas ainda não me deram retorno. ■

Diogo não fez curso de capacitação por não poder pagar as passagens.



Arquivo DIEESE

Rosane Maia aponta os avanços alcançados pelo projeto

O valor de ser visto pela sociedade

A coordenadora nacional do Projeto de Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social aponta a visibilidade que a situação dos trabalhadores informais alcançou no país e a tomada de consciência para a transformação dessa realidade como os principais resultados, além de uma inédita articulação institucional.

Quais as maiores dificuldades para fazer o Projeto acontecer?

Rosane: O fenômeno da informalidade no país é de alta complexidade, envolvendo temas e âmbitos de atuação diferentes, questões muito específicas e uma grande diversidade de posições e interesses dos atores sociais revelada cotidianamente. É necessário perceber também as diferenças de cultura entre as comunidades e territórios e até de concepção entre as instituições participantes.

Tudo isso certamente refletiu na dificuldade de mobilização dos atores sociais?

Rosane: A dificuldade da mobilização foi grande, especialmente no início, uma vez que os trabalhadores informais não estão organizados nem são representados na estrutura sindical. Nossa organização sindical é por categoria, a base dos sindicatos são os que estão trabalhando em empresas, representados por uma estrutura vertical. Os autônomos e independentes ficam completamente fora da proteção sindical propiciada pelos instrumentos da negociação coletiva.

Como vocês superaram essa dificuldade?

Rosane: Em alguns casos, mobilizamos associações ou grupos de mulheres, camelôs, artesãos, cooperativas, outras organizações comunitárias e movimentos sociais que alcançavam essas pessoas que vivem do trabalho.

E os resultados, foram significativos?

Rosane: Obtivemos avanços sobre todos os aspectos. No quesito da articulação de políticas públicas, foi fundamental a criação do Comitê Técnico Executivo Nacional, que aglutinou todas as organizações participantes em reuniões mensais em Brasília. Foi uma oportunidade para avaliar os pilotos, estabelecer uma agenda comum e definir as questões estratégicas do projeto. Tratou-se de um fórum importante de articulação de políticas e de ações, de ajuda mútua para conseguir complementar e difundir políticas e programas. O processo de criação de espaços de diálogo social foi também um resultado concreto do projeto, pois eles favoreceram a articulação de instituições comprometidas que estão permanentemente definindo novas políticas e

ações para enfrentar o problema da informalidade, como vem acontecendo em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia e no setor rural de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, dentre outros.

A inclusão de um módulo para os agricultores familiares na folha digital, chamada eSocial, que o governo vai lançar este ano, foi um bom exemplo disso?

Rosane: Sem dúvida. Tudo começou no piloto de Ituporanga, Santa Catarina, com a discussão da Lei 11.718, que regulamenta a contratação de trabalhadores por curto prazo. Os agricultores familiares não conseguiam cumprir a lei e eram constantemente autuados pelo Ministério do Trabalho. A demanda de uma forma mais simples para registrar esses trabalhadores, garantindo-se todos os direitos da CLT, foi levada a Brasília. Então, o Ministério da Previdência convidou a Receita Federal, Ministério do Trabalho, Caixa e outros órgãos para se manifestarem. Como estava em estudo a criação da folha digital para grandes empresas, foi desenvolvido paralelamente um módulo para o pequeno agricultor. Essa articulação dos ministérios para dar uma resposta a Ituporanga foi um resultado concreto do projeto coordenado pelo DIEESE. A partir daí, outros módulos simplificados passaram a ser desenvolvidos para atender o microempreendedor individual e o empregador doméstico, por exemplo.

E a solução encontrada para os produtores de castanha de caju no Ceará?

Rosane: No piloto de Pacajus, os produtores familiares achavam que se trabalhassem na minifábrica da cooperativa para o processamento da castanha de caju deixariam de ser enquadrados como agricultores familiares para acessarem os benefícios da Previdência Social. Em decorrência, perderiam o direito à aposentadoria especial prevista na Constitui-

ção de 1988. Encaminhamos a questão ao Ministério da Previdência que, em conjunto com a Receita Federal, elaborou uma nota técnica garantindo que eles não perderiam o enquadramento como segurados, mesmo sendo cooperados. O DIEESE produziu uma cartilha explicando essa resolução, que foi amplamente distribuída, já que essa informação beneficia trabalhadores no país inteiro. O reconhecimento da legalidade, além de impulsionar o cooperativismo e a economia solidária, dando conforto e segurança jurídica, também significou um processo de formalização.

A visibilidade que o trabalho informal ganhou também foi uma conquista?

Rosane: Não só a visibilidade do problema dos trabalhadores informais, como também a vocalização de suas demandas. Tornar esse problema visível para a sociedade brasileira era um desafio para o movimento sindical e para o DIEESE e, ainda, um dos objetivos do próprio BID. O valor simbólico de ser visto, de ser en-

xergado, de aparecer no mundo do trabalho como sujeitos políticos, é difícil de aferir, mas foi conquistado.

O que virá com o encerramento desses pilotos?

Rosane: Queremos avançar na difusão do método e dessas experiências para outros setores, como o comércio em São Paulo e países, principalmente da América Latina. O diálogo social é uma forma eficaz de enfrentamento da questão, uma vez que busca reconhecer os problemas da vida real, levando em conta a visão própria de cada ator em sua posição situacional numa sociedade de classes, permeada por interesses diversos, e identificar formas articuladas de atuação em prol da formalização. Isso foi um grande aprendizado para o DIEESE, que reconceituou o diálogo social e consolidou sua visão de educação e de planejamento estratégico. ■

"O processo de criação de espaços de diálogo social foi um resultado concreto do projeto".

entrevista

ismael
gílio

A informalidade é um dos mais sérios problemas sociais

Cerca de 40 projetos em andamento no Brasil contam com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN). Um deles é o Projeto de Redução da Informalidade por Meio do Diálogo Social, que se encerra agora tendo superado as expectativas, na avaliação do especialista Ismael Gílio (BID/FOMIN). Nessa entrevista, ele avalia a questão da informalidade no Brasil e no mundo.

Como o BID vê o problema da informalidade no mundo?

Gílio: A informalidade é um dos mais sérios problemas sociais que praticamente todos os países onde o BID atua na América Latina enfrentam, sem uma perspectiva de solução concreta em curto prazo. Vivemos em uma economia moderna, dinâmica, global, que avançou significativamente nas formas alternativas de contratação, de realização de

turnos de trabalho e de remuneração. Esta nova economia passou dos tradicionais setores primário e secundário para o terciário, basicamente comércio e serviços, intensivo em trabalho, responsável por mais de 70% do mercado de trabalho.

E no Brasil, como é a situação?

Gílio: Acreditamos que ainda mais complexa. O Brasil tem uma economia moderna e di-

nâmica, convivendo com formas tradicionais da legislação trabalhista, ao mesmo tempo em que se utiliza de relações entre empresas para atender suas necessidades imediatas. A economia brasileira possui um rígido conjunto de normas, compromissos e benefícios para o trabalhador formal, perfeitamente legítimo. No entanto, as demais formas de contratação padecem de todo e qualquer direito e, neste contexto, o informal chega às vias de praticamente um “indigente social”.

Como foi o processo de aprovação do projeto do DIEESE?

Gílio: Ele foi devidamente reconhecido como um marco de atuação, inovador e relevante, principalmente por ter tomado “emprestada” a Agenda da OIT de Diálogo Social. O diálogo social, como vem demonstrando a execução do projeto, envolvendo todos os atores públicos e privados, em sentido estrito, e a sociedade em geral, representada pelas centrais sindicais, com o apoio de órgãos públicos de pesquisa e de entidades internacionais, demonstrou sua eficiência e efetividade.

Que avaliação o BID faz dos resultados alcançados?

Gílio: Desempenho altamente satisfatório, com resultados e impactos significativos e

substantivos que, de fato, superaram todas as expectativas relacionadas aos resultados originais.

O BID apoia projetos similares em outros países?

Gílio: Sim, mas, infelizmente, poucos. Não exatamente por uma tendência e prioridade, mas pela complexidade do tema e pela ausência de instituições com conhecimento e poder de convocatória e articulação. O DIEESE é uma instituição única, de longa e rica experiência, com um mandato efetivo de atuação no campo do trabalho, apoio sindical incondicional e conhecimento associado a capacidade técnica e operacional. A dificuldade de aplicação desse modelo reside em se ter instituições similares ao DIEESE em condições de assimilar e replicar a metodologia. O desafio, portanto, está em sistematizar o modelo adotado de maneira tal que permita transferir e aplicar, com um mínimo de escala.

Que outras iniciativas podem ser adotadas para enfrentar o trabalho informal no país?

Gílio: Reconhecer e “formalizar” as diferentes alternativas de relações de trabalho, em especial as relações jurídicas empresariais. ■

O desafio é sistematizar o modelo adotado para aplicá-lo em outros países.

Laboratório de projetos de desenvolvimento

Estabelecido em 1993 como parte do Grupo BID, o Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN) apoia o desenvolvimento do setor privado, beneficiando populações e comunidades de menor poder aquisitivo, através da promoção do acesso a mercados e capacidades, acesso às microfinanças e a serviços básicos, incluindo tecnologias verdes. É missão do FOMIN atuar como laboratório de projetos de desenvolvimento, para construir e apoiar modelos exitosos de negócios para micro e pequenos empreendimentos. Saiba mais em www.fomin.org.

A voz dos parceiros

O Projeto Redução da Informalidade por Meio do Diálogo Social, idealizado pelo DIEESE, teve participação fundamental de importantes organismos nacionais e internacionais, igualmente preocupados com a questão no Brasil. Seus representantes relatam, aqui, algumas experiências e avaliam seus resultados.



Comitê Executivo encaminha as propostas dos planos de ação dos pilotos



Experiência para outros países

Anne Posthuma

Especialista em emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

“É um projeto inovador, utilizando o diálogo social como metodologia para dar visibilidade às situações e necessidades dos trabalhadores sem representação na economia formal. Alcançou os primeiros resultados, muito bons e relevantes, numa área de grande dificuldade para melhorar as condições dos trabalhadores na informalidade.

A OIT vem dando ênfase na formalização da economia como área de importância crítica. A sistematização da metodologia para aplicar em outros setores e em outros países será mais um desdobramento importante do projeto.”

Grande aprendizado

Sandro Pereira da Silva

Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea)

“O projeto foi uma iniciativa inovadora ao entender a complexidade da informalidade, ao montar um arranjo organizacional amplo e qualificado, englobando diferentes atores sociais no campo público (ministérios, Ipea, outras autarquias) e privado (DIEESE, centrais sindicais, entidades patronais), no intuito de formular alternativas conjuntas para enfrentar possíveis determinantes da informalidade no mercado de trabalho.

Além desse caráter plural na composição dos grupos de debate, outra vantagem do projeto foi elencar diferentes setores em diferentes contextos territoriais no Brasil para testar essa metodologia proposta.

Com isso, o projeto como um todo está permitindo um aprendizado muito grande em termos das diversas dinâmicas da informalidade e seu comportamento no país.”



Divulgação Anfp

Precisamos aprofundar o diagnóstico

Marcos Tresmondi

Assessor político da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

“Para a CUT, esse projeto tem grande importância e alcance pois permite aprofundar um diagnóstico da informalidade em diversos setores e regiões, de maneira tripartite. A CUT entende que esse projeto é uma importante ferramenta para construir mecanismos de redução da informalidade, inclusive com a elaboração de propostas que modifiquem a legislação vigente. O diálogo social tripartite e perspectiva de modificação da legislação são os grandes avanços desse projeto.”

Ganhos nas duas pontas

Elias D’Angelo Borges

Secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

“Tivemos ótimos exemplos na colheita de cebola e de arroz no Sul, por exemplo, que podem ser aplicados em outros setores do campo. O Diálogo Social nos deu um diagnóstico mais preciso da grave situação do trabalho agrícola, com trabalhadores brasileiros totalmente desamparados, não só no Brasil, mas em países vizinhos como Argentina, Paraguai e Uruguai. Ao unirmos forças, com a participação de todos os envolvidos, temos agora um caminho para enfrentar o problema.”

Valorizando as políticas públicas

Alexandre Silva

Assessor da Direção da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil)

“Vejo o projeto de forma construtiva e estratégica no fortalecimento das políticas públicas e principalmente no apoio e ajuda aos empreendimentos que estão sendo desenvolvidos pelos trabalhadores e trabalhadoras.”

Âmago da questão

Ricardo Patah

Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

“Em todas as atividades que instrumentaliza em nome dos trabalhadores, além de fazer com capacidade profissional e um conhecimento do tema, o DIEESE sinaliza caminhos para os trabalhadores. No caso específico da informalidade, na qual os comerciários do Brasil vivem uma adversidade muito grande, o processo do DIEESE, com debates e discussões, além de chegar ao âmago da questão, vai fazer com que o movimento sindical consiga superar essa questão que grassa em todas as categorias, em especial entre os comerciários.”

Mais dignidade

Vanderley José Maçaneiro

Vice-presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)

“A grande qualidade do projeto foi a sua capacidade de reunir uma rica diversidade de atores sociais, representando instituições, categorias profissionais e os diversos níveis de governo, todos dispostos a encontrar soluções para diminuir o alto índice de trabalho informal na economia brasileira. Destaco a metodologia do diálogo, pela qual os problemas são levantados, agrupam-se atores, as soluções são delineadas e, de forma coordenada, as sugestões são encaminhadas para os poderes competentes encontrarem o caminho para minimizar a informalidade, favorecendo a inclusão social.”

Frente a frente

Paula Montagner

Secretária Adjunta de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério de Desenvolvimento Social

"A metodologia desenvolvida pelo DIEESE faz com que fiquem mais claras as dificuldades para a formalização e o fortalecimento dos pequenos empreendimentos em diferentes tipos de atividade, colocando frente a frente os diferentes interlocutores e possibilitando que até problemas que têm de ser debatidos no âmbito federal ganhem um foro para aperfeiçoar medidas e programas."

Superando a informalidade

Rogério Nagamine

Diretor do Departamento de Regime Geral do Ministério da Previdência Social

"A metodologia de diálogo social é essencial para a resolução dos problemas encontrados na sociedade, inclusive a questão da informalidade. Infelizmente, acabamos acostumados a conviver com elevados níveis de informalidade, como se fosse impossível acabar com ela. A iniciativa do DIEESE é extremamente feliz exatamente por buscar romper com essa passividade diante de um problema tão grave e tão prejudicial. A informalidade pode e precisa ser superada, pois traz prejuízos terríveis, entre eles a desproteção previdenciária."

Iniciativa inovadora

Valmor Schiochet

Diretor de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho

"Em primeiro lugar, cito a metodologia de enfrentamento por envolvimento de todos os segmentos do mundo do trabalho, o que ainda não havia sido feito. Reunir todos para debater e pactuar foi uma iniciativa inovadora. Em segundo lugar, a metodologia não vislumbra o mercado formal, mas o processo de formalização por múltiplas perspectivas, não só do assalariado."



Comitê Executivo: transformando convergências em ações

Cidadania empresarial

Helena Rego

Analista de Políticas Públicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)

"A formalização como microempreendedor individual proporciona a cidadania empresarial e traz benefícios previdenciários a um custo baixo. Muitos desafios ainda precisam ser superados, como a redução dos índices de inadimplência, o desalinhamento dos estados e municípios com o Programa e a burocracia para a formalização do empregado. O DIEESE tem apoiado o MEI, em especial na construção do eSocial que, trazendo um módulo simplificado, vai contribuir para a diminuição da informalidade."

Agentes multiplicadores

Ledja Austrilino

Diretora de Educação, Formação e Cultura da Nova Central Sindical

"No agreste de Pernambuco, onde atuamos com o Diálogo Social, encontramos costureiras trabalhando em regime de quase escravidão, em casa, com jornada de até 17 horas diárias e sem qualquer direito. Com o projeto do DIEESE, conseguimos mobilizar os prefeitos para a implementação de políticas públicas de enfrentamento da informalidade. Seminários e oficinas transformaram universitários e técnicos da região em agentes multiplicadores no esforço de legalização da atividade. As costureiras merecem um caminho mais digno e justo."

Apoio decisivo

Ruth Coelho Monteiro

*Secretária Nacional de Cidadania e Direitos Humanos
Força Sindical*

"Com o apoio ministerial é possível pensar em modificações da legislação, propostas de redução de carga tributária para formalização das atividades e outras soluções que precisam sair da teoria para a prática. Trabalhei desde o início na formatação do projeto e destaco o envolvimento de todas as partes em busca de diagnósticos que combatam o trabalho informal. Com a união de esforços, conseguimos sensibilizar governos locais, empresários e trabalhadores em torno do problema. Agora é preciso avançar para outros setores, já que cada um tem sua particularidade."

Oportunidade de conscientização

Renata Silvia Melo

*Coordenadora Geral do Centro de Formação e
Aperfeiçoamento do Instituto Nacional do Seguro Social*

"O envolvimento de todos os órgãos que decidem as políticas públicas, entre eles os ministérios, foi determinante para o êxito do projeto. Assim, nas mesas de discussão, o trabalhador pôde compreender até onde o poder público pode ajudá-lo e teve a oportunidade de dizer o que falta para melhorar suas condições de trabalho. No âmbito da educação previdenciária, as oficinas foram de grande importância para orientar os informais sobre as perdas a que estão sujeitos no presente e no futuro se estiverem desprotegidos do INSS. Houve um avanço nessa conscientização."



Mais visibilidade para as trabalhadoras domésticas

Creuza Oliveira

*Presidente da Federação Nacional dos
Trabalhadores Domésticos (Fenatrad)*

"O projeto contribui ao levar o diálogo para a sociedade, oferecendo visibilidade aos problemas dos domésticos. Isso acontece em cada apresentação feita com outros órgãos, com as centrais, com os movimentos e na discussão com os três setores – governo, empregadores e trabalhadores. Esse diálogo é fundamental para conseguirmos avançar nos direitos da categoria." ■

Fotos Divulgação Anfp



Parceiros do projeto unidos em torno de um mesmo objetivo



Daniel Belmiro: “o eSocial irá incluir o trabalhador informal na rede de proteção previdenciária”

eSocial: tudo num lugar só

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) vai unificar o envio de informações pelo empregador sobre os trabalhadores que contrata.

O eSocial, que começa a funcionar em maio deste ano, irá concentrar em um único local todas as informações fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas dos trabalhadores contratados. Conhecido também como folha de pagamento digital, ele foi criado pelo Governo Federal com a participação de vários órgãos, entre eles o Ministério do Trabalho, a Caixa Econômica Federal, o INSS e a Receita Federal, com três objetivos principais:

- 1º Garantir o direito do trabalhador, seja ele direito previdenciário ou trabalhista;
- 2º Fazer isso de uma forma simplificada e padronizada, para que o empregador possa reduzir seus custos operacionais e melhorar a formalização;
- 3º Melhorar a qualidade das informações para o governo, para o Estado brasileiro, na geração de seus processos de trabalho, nas suas informações, nas suas políticas públicas relacionadas à relação de trabalho.

Primeiros beneficiados

O novo sistema será implantado de forma gradativa, atendendo, no primeiro momento, os agricultores familiares, graças a um artigo da lei 12.873, de outubro de 2013, que regulamenta a contratação temporária de trabalhadores por esse segmento “por meio de sistema eletrônico com entrada única de dados, e efetuará os recolhimentos por meio de documento único de arrecadação”.

Embora os agricultores familiares tenham o direito de contratar até 120 dias/homem por ano sem perder a condição de segurado especial, a informalidade é muito alta devido, principalmente, às exigências burocráticas estabelecidas pela Lei 11.718, que regula-menta esse direito.

Com o eSocial, o procedimento de contratação e desligamento fica extremamente simples. O empregadores só precisam acessar o portal **www.esocial.gov.br** e preencher as informações dos trabalhadores, podendo fazer contratações, desligamentos, emitir contracheques de remuneração mensal e gerar uma guia unificada de recolhimento de todas as obrigações trabalhistas decorrentes daquela contratação.

“Pelo eSocial o empregador admite, envia o contrato de trabalho, demite e, com isso, ele automaticamente faz a formalização, porque os dados vão para todos os órgãos que exigem as informações, que são enviadas numa única guia padronizada”, detalha Daniel Belmiro, coordenador geral de fiscalização substituto da Receita Federal, que fez uma apresentação do eSocial para os agricultores familiares de Ituporanga em novembro de 2013, a convite do DIEESE.

O município, que faz parte do projeto de Redução da Informalidade por meio do

Diálogo Social, convive diretamente com o problema da contratação informal de trabalhadores rurais no plantio e na colheita de cebola e fumo.

Rede de proteção

Segundo Daniel Belmiro, uma das propostas do eSocial na agricultura familiar é dar aos trabalhadores temporários a garantia dos seus direitos e ao mesmo tempo facilitar as contratações feitas pelos empregadores. “A

partir da contratação formal, que inclui os serviços temporários, o trabalhador entra na rede de proteção social, com direito à aposentadoria, seguro saúde, salário maternidade e outros direitos e também deveres, que o trabalhador com registro na carteira pode acessar”, explica Belmiro.

O Diretor de Assalariados da Contag, Elias D’Ângelo, fez uma avaliação positiva do projeto: “A lei 11.718 muitas vezes fica inaplicável por conta da burocracia. O eSocial vai

simplificar isso e resolver um problema dos agricultores e dos trabalhadores”.

Facilidades

Se o agricultor familiar não tiver acesso à internet poderá contar com os sindicatos locais e associações para apoiá-los nas contratações e desligamentos. Para o governo é uma maneira de promover a inclusão previdenciária de quem trabalha sem registro. “Quando chegam ao final da vida, esses trabalhadores acabam tendo benefícios assistenciais, no valor de um salário mínimo, que na verdade oneram todo o sistema previdenciário. Todos nós pagamos a Previdência, mas eles não fizeram nenhuma contribuição, apesar de todo o tempo que trabalharam” explica Belmiro. ■

O eSocial irá melhorar a qualidade de dados recebidos, facilitando o cruzamento das informações e agilizando a fiscalização de irregularidades.

■ O Diálogo Social

Participação, convergência e cooperação



Conceição Amaral

*O diálogo social foi
o grande diferencial do projeto,
conseguindo reunir representantes
do governo, de empresários e de
trabalhadores para debater a informalidade
e apontar caminhos a serem trilhados em conjunto.*

O Projeto de Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social partiu de uma premissa inovadora, que é a construção de um diagnóstico da situação da informalidade de maneira participativa, a partir do conhecimento e da experiência de todos os atores envolvidos. A partir daí, surgem alternativas de intervenção, elaboradas de forma articulada e negociada entre todos.

Para ser aplicado, esse modelo de intervenção mobiliza os atores sociais, realiza uma reflexão coletiva sobre o tema, promove o levantamento de problemas e recomendações de soluções articuladas e incentiva a divulgação dos resultados.

Uma fórmula de sucesso que gerou propostas consistentes nos diversos pilotos do projeto. "Trata-se de um processo de mobilização dos atores, um instrumento, que é o diálogo entre as partes e também um espaço de negociação, onde coordenamos, articulamos, cooperamos e compartilhamos para buscar convergências", define Milena Prado, do DIEESE de Pernambuco.

"O processo possibilita uma igualdade de forças no diálogo entre as partes, ou seja,

faz com que as falas dos atores envolvidos (empregadores, governos, trabalhadores, entre outros) tenham o mesmo peso, além de expor suas deficiências e potencialidades no processo de discussão, criando um espaço verdadeiro e único com a espontaneidade característica de todo diálogo", completa Junior Dias, economista do DIEESE que atua junto à Contag.

Convergências

O objetivo principal é garantir a participação, a cooperação e a intervenção transformadora. O modelo não funciona se não tiver representantes dos trabalhadores, dos empregadores, das esferas de governo e de outras instituições da sociedade civil, dispostos à ação.

Para Ana Georgina Dias, Supervisora do DIEESE no escritório regional da Bahia, "é um resultado interessante conseguir mostrar pelo diálogo que a informalidade não é boa para ninguém". Na avaliação de Ricardo Franzoi, supervisor do DIEESE no Rio Grande do Sul, nessa concepção, "os atores sociais



*Junior Dias:
"Igualdade de forças"*

*Ricardo Franzoi:
"Cooperação
na divergência"*



*Ana Georgina:
"Resultado
interessante"*



encontram um espaço de negociação e de cooperação, mesmo considerando os conflitos inerentes as suas inserções no mundo do trabalho".

Encaminhamento

O encaminhamento das soluções acordadas também é parte essencial da pesquisa-ação. As ações envolvendo o Governo Federal são analisadas pelo Grupo Intermistrial, criado em agosto de 2011, com a participação de seis ministérios, sob a coordenação do Ministério da Previdência Social. Existe, ademais, o Comitê Técnico Executivo Nacional, composto por representantes de todos os parceiros, que tem a responsabilidade de buscar viabilizar as recomendações de soluções levantadas em cada piloto.

"O projeto não visa solucionar no curto prazo a informalidade, mas entender a complexidade desse fenômeno", diz Natali Souza, assistente da coordenação. "Por meio do diálogo social, elaboramos coletivamente possíveis alternativas para as dificuldades apresentadas em cada piloto, apostando na democracia e na participação de sujeitos coletivos de ação", explica Rosane Maia, coordenadora geral do projeto. ■



*Natali: complexidade
do fenômeno*



Agricultura Familiar Ituporanga

Com o eSocial, agricultores familiares de Santa Catarina terão mais facilidade para contratar ajudantes em períodos curtos

Semeando a formalidade

O piloto da região de Ituporanga (SC) do Projeto de Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social alcança uma conquista importante: a criação do módulo específico do eSocial para facilitar a contratação formal de trabalhadores no campo.



Os oito municípios da região de Ituporanga, em Santa Catarina, respondem por 10% da produção nacional de cebola. A produção rural, majoritariamente proveniente da agricultura familiar, responde por 35% do PIB local, e é em grande parte baseada na contratação temporária informal de trabalhadores.

Essas contratações, que geralmente acontecem nos períodos de plantio e de colheita, acabam não sendo registradas pelas dificuldades encontradas pelos agricultores em seguir as exigências da Lei 11.718, que garante ao agricultor familiar o direito de contratar 120 dias/homem por ano sem perder a condição de segurado especial. Com a intensificação da fiscalização do Ministério do Trabalho desde 2008, os agricultores se mobilizaram no sindicato para encontrar uma solução.

“O agricultor tem que cumprir a mesma burocracia de uma empresa que contrata 200 empregados. Esse foi o grande problema que constatamos na região: como calcular férias de três dias? Para efetivar uma contratação por cinco dias, o agricultor tem que voltar oito a nove vezes ao contador. Isso gera uma dificuldade imensa para tirar esse trabalhador da informalidade”, explica Joãozinho Althopff, diretor financeiro da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc).

Sensibilização

A Fetaesc havia desenvolvido um *software* que faz os cálculos, elabora o contrato e define as verbas rescisórias, já que o Ministério Público estava exigindo que os sindicatos fizessem os contratos e os cálculos trabalhistas dos empregados. Mas a situação estava longe de se resolver. Esse era o cenário na região quando o piloto do Projeto de Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social promoveu em Ituporanga a primeira oficina de sensibilização, em 2010.

Segundo Júnior Dias, economista do DIEESE na subseção da Contag, “o diagnóstico feito com o grupo tripartite, envolvendo o poder público, empregados e empregadores, através do diálogo social, revelou que era preciso alterar algumas coisas na lei 11.718, porque, embora fosse boa, não contribuía para o processo de formalização da maneira rápida como deveria ser”.

A partir dessa constatação, foi criado, em 2011, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), em Brasília, reunindo representantes do Ministério do Trabalho, Previdência Social, FGTS, INSS, Caixa Econômica Federal, Receita Federal, DIEESE, Contag e Fetaesc, para refletirem juntos



Conceição Amaral

Joãozinho Althopff:
“burocracia é a mesma
de uma grande empresa”

sobre o que poderia ser feito para simplificar a guia de recolhimento para os agricultores familiares.

Como a Receita Federal já estava desenvolvendo um mecanismo eletrônico para unificar todos os dados trabalhistas e simplificar as contratações, chamado de eSocial, surgiu a proposta de elaboração de um módulo específico para atender a demanda dos agricultores familiares. Por meio do eSocial, o contratante preenche uma única via para fazer todos os cálculos trabalhistas, gerar o contrato de trabalho e as guias de imposto.

“O eSocial simplifica o processo de contratação, sem mexer nos direitos trabalhistas”, explica Daniel Belmiro, coordenador geral de fiscalização substituto da Receita Federal. Foi ele quem apresentou aos agricultores de Ituporanga, em novembro de 2013, esse módulo, com previsão de lançamento em maio de 2014.

“O trabalhador entra na rede de proteção social com direito à aposentadoria, seguro saúde, salário maternidade e outros direitos e também deveres. E, com isso, os empregadores também passam a atuar dentro da lei”, resume Belmiro.

O diretor de Assalariados da Contag, Elias D’Ângelo, que sempre criticou a dificuldade de aplicação da Lei 11.718, aplaudiu: “o eSocial vai simplificar e resolver um problema dos agricultores e dos trabalhadores”.

Conquistas

Além da criação do módulo específico do eSocial para o agricultor familiar, outras vitórias podem ser contabilizadas na região de Ituporanga: “no primeiro ano do piloto, mesmo com o processo burocrático,



Bernard Machado

aumentou em 80% a formalização dos contratos, porque os agricultores entenderam a necessidade de formalizar a relação de trabalho”, informa Júnior Dias.

Outra conquista importante foi a criação de uma rede local, criada em conjunto pelos agricultores, sindicatos e empregados, com o objetivo de discutir e encontrar soluções para os problemas da região.

Imigração

Facilitar a formalização das contratações é essencial para a região que tem grande oferta de emprego. Segundo o prefeito de Ituporanga, Arno Alex Zimmermann Filho, a imigração de mão de obra de outros estados chega a 70%. Segundo ele, “Ituporanga é considerada uma cidade de 50 mil habitantes no período da safra da cebola, quando, na verdade, tem apenas 24mil.”

Vanildo Luiz Oliveira é um exemplo de imigrante em busca de oportunidades de trabalho. Ele veio de Pernambuco, onde morou em um acampamento dos sem-terra. Depois de viver alguns anos indo e vindo, decidiu trazer a família para Ituporanga, onde reside há mais de três anos. Como muitos trabalhadores, Vanildo não imagina que a redução da informalidade na região já é uma realidade palpável: "sem fichar é ruim, porque nós não temos direitos, mas na roça acho que não tem como eles ficharem, não", avalia.



Uma relação de trabalho diferente

Agricultores familiares ainda têm dificuldades para cumprir as exigências legais para contratação de trabalhadores temporários, o que alimenta a informalidade.

Ituporanga é conhecida como capital da cebola, uma região onde a atividade rural se destaca pela agricultura familiar. Nas pequenas propriedades, pais e filhos dividem com os eventuais trabalhadores temporários a tarefa de preparar a terra, plantar e colher, da mesma maneira que compartilham a mesa onde almoçam juntos.

É uma relação de trabalho diferenciada, comum em praticamente todas as pequenas propriedades da região.

É o que acontece nas terras do agricultor Honório Cipriano, uma propriedade com 45 hectares, que em 2013 produziu cerca de 40 toneladas de cebola. O trabalho braçal da colheita foi dividido entre ele, o filho, duas filhas e a nora.

Conceição Amaral



Honório Cipriano e família na colheita de cebola

Para ajudar, Cipriano contratou quatro trabalhadores por 12 dias. Toda a produção passa por um processo de limpeza e é ensacada no próprio campo com o suporte de uma máquina simples, que corta as folhas e retira o excesso de terra das cebolas.

Limitação

Cipriano explica que poderia colher mais, mas regula a produção, por causa da limitação prevista em lei para contratar mão de obra: “a gente tem uma terra boa de trabalhar, uma produção boa, mas a gente não faz mais porque daqui a pouco extrapola os 120 dias e aí vou ter que pagar INSS, serei empresário, vou perder meus direitos no banco e vou ter prejuízo. Então, não compensa eu plantar mais”, explica.

Essa mesma lei que deu aos

produtores rurais facilidade para contratar mão de obra temporária, também os assusta por causa de exigências que eles nem sempre conseguem compreender e consideram radicais. Cipriano conta que os fiscais estão exigindo banheiros móveis e até garrafinha de água individual. “A gente não vê isso lá nas firmas na cidade. Aqui nós temos água potável, limpa, fresca, para beber e um copo para cada um se servir. Acho que podia ser uma vasilha só. Mas a gente escutou de outros agricultores que os fiscais disseram que cada um tem que ter sua vasilha de água”.

Como a maioria dos agricultores da região, Honório Cipriano quer contratar os seus empregados de forma legal, mas esbarra nas dificuldades apresentadas pela legislação vigente, que ele considera longe de sua realidade.



Conceição Amaral

Demanda de trabalho

Informalidade no trabalho rural em Ituporanga chega a 61%, segundo dados do PNAD

Com a grande produção de cebola, empregos não faltam na região de Ituporanga, gerando uma escassez de mão de obra que atrai trabalhadores de diversas partes do país, principalmente do Norte e do Nordeste, e até de outros países, como Argentina, Paraguai, Colômbia e Haiti. “Se fosse só a mão de obra da região, não seria plantada nem metade da cebola produzida aqui”, conta Sebastião Rosa, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município.



Conceição Amaral

Sebastião Rosa: "Benefício do eSocial é muito grande para o agricultor e para o trabalhador"

Avanço muito grande

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituporanga, Sebastião Rosa, luta, há anos, para resolver as dificuldades de contratação vividas pelos agricultores familiares.

Como foi o contato do Sindicato com o DIEESE?

Sebastião Rosa: Depois da implantação da Lei 11.718, a grande dificuldade que a gente tinha era convencer os agricultores sobre a importância de formalizar através do contrato, e sobre a facilidade que a lei oferecia. Quando a Contag e o DIEESE me consultaram, eu propus sediar o piloto em Ituporanga, devido à demanda por esse contrato de curta duração ser muito maior aqui.

Como o senhor avalia a lei 11.718?

Sebastião Rosa: A lei 11.718 nunca vai contemplar todo mundo, mas foi um avanço muito grande, porque até então o agricultor familiar que contratasse um empregado por um dia já estava fora da Previdência Social. Agora ele pode contratar até 120 dias por ano. Hoje, o que os agricultores querem é melhorar a legislação atual. Mas é grande a dificuldade para mudar alguma coisa na legislação. No caso da Lei 11.718, pra gente chegar até o que se tem hoje, o trabalho começou em 98. Em 2002 foi apresentado o projeto de lei, e só em 2008 ele foi aprovado.

Por que essa lei não atende totalmente a agricultura familiar?

Sebastião Rosa: Os 120 dias de contrata-

ção temporária estão sendo bons. O que prejudica mais é a norma regulamentadora rural, que é muito severa. Ela exige transporte de trabalhadores, instalação de sanitários, alojamentos, refeitórios e cozinhas móveis nas frentes de trabalho. A lei levou em consideração as grandes fazendas, sem ver também a realidade da agricultura familiar e a da pequena propriedade. O empregado tem direito à proteção, mas em uma pequena propriedade o trato dele é quase como se fosse membro da família. Ele come na mesa junto, ele usa o mesmo banheiro. Essa é a dificuldade para as normas serem implementadas na agricultura familiar.

"Em uma pequena propriedade, o trato do trabalhador é quase como se fosse membro da família."

Como você vê o eSocial?

Sebastião Rosa: Eu acho que o eSocial é um complemento da Lei 11.718. Valeu a luta, porque o benefício é muito grande para o produtor que contrata e também para o trabalhador. A lei trouxe benefício, mas também entraves, como a geração das guias, a necessidade do contador, aquela burocracia. O eSocial, além de dar segurança para o trabalhador e para o empregador, também vai trazer facilidade para o agricultor familiar, que poderá vir ao Sindicato, sair tranquilo com as guias e recolher os encargos no banco, sem se preocupar com outras coisas. ■



Facções informais ainda predominam na região



Ganho de consciência

Embora ainda baseado na informalidade das relações de trabalho, o polo de confeções do Agreste Pernambucano já mostra aumento no índice de formalização.

Existem hoje mais de 20 cidades do Agreste pernambucano envolvidas na produção de roupas. Dados do Sebrae registram a presença de 18.800 unidades produtivas, sendo que apenas 16% estão formalizadas. O faturamento anual do polo chega a R\$ 1 bilhão, segundo estudo do Sebrae realizado em 10 municípios em 2011. Foi essa realidade que atraiu o olhar do DIEESE para selecionar o polo têxtil da região para ser um dos pilotos do Projeto de Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social.

A partir de 2010, foram realizadas várias ações para mobilizar todos os setores envolvidos. "Primeiro procuramos sensibilizar os empresários, empregados e poder público sobre o problema da informalidade, porque muitos não veem a informalidade como problema", explica a economista Milena Prado, representante do DIEESE em Pernambuco. As discussões provocaram a construção de uma matriz de demandas e o envolvimento do poder público.

O piloto encerra o trabalho na região com resultados importantes, sendo o crescimento da conscientização de empresários, empregados e poder público para o combate à informalidade o principal deles. Pau-

lo José Mendes, auditor fiscal do Ministério do Trabalho, reconhece a mudança: "desde 2010 mudamos a forma de planejar a fiscalização, pois incorporamos as idéias do diálogo no combate à informalidade. O projeto hoje é um parceiro nosso na fiscalização."

Articulação

O plano de ação Mulheres Costurando Direitos, que reúne costureiras de Caruaru, Toritama e Santa Cruz, também nasceu a partir do projeto do Diálogo Social, "trabalhando, pela primeira vez, de forma articulada", como explica Milena. Já a diretora de Economia Solidária da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Ledja Austri- lino, aponta outro resultado importante das discussões: a entrega à Comissão de Legislação Participativa da Câmara Federal de um projeto de lei para regulamentar a profissão das costureiras.

Desde que o Diálogo Social entrou em cena no polo de confeções, o número de trabalhadores registrados mais do que dobrou: em 2010 eram oito mil empregados com carteira assinada e, em 2013, segundo dados do Sebrae, o número já superava 17 mil pessoas registradas.

**Participantes
do projeto
construíram
uma matriz de
demandas para
a região.**

Uma economia dinâmica baseada na informalidade



O polo têxtil do Agreste de Pernambuco é o segundo do Brasil e surgiu de maneira totalmente informal.

Historicamente voltada para a agricultura, a região de Caruaru foi obrigada a mudar sua base econômica na década de 70 por causa da seca. Tudo começou quando alguns comerciantes compraram em São Paulo tecidos para suas mulheres. Eram as “elancas”, que foram usadas para costurar colchas de retalhos, e as milongas, shorts feitos com quatro pedaços de tecido. Essas mulheres costumavam em casa e vendiam as roupas nas calçadas. Logo, as peças atraíram compradores de outros povoados, levando as costureiras a contratar ajudantes para aumentar a produção.

Arquivo DIEESE



José Robélío aponta vantagens da formalização

Nos anos 80, as costureiras adotaram bancos de madeira, espalhados de forma desorganizada nos dias de feira livre. Somente em 2004 surgiu o Moda Center, hoje presente em Santa Cruz, Toritama e Caruaru. São enormes galpões com centenas de boxes, onde as roupas são vendidas diretamente a compradores de todos os cantos do país. Mas a tradição também continua com a Feira da Sulanca, realizada toda segunda-feira a céu aberto, atraindo muitos compradores.

Cultura da informalidade

Até hoje a produção continua em grande parte dentro das casas, garagens e pequenos galpões, onde costureiras e costureiros (os homens acabaram entrando na produção)

dividem pequenos espaços com máquinas, tecidos amontoados e muito calor. Para evitar a fiscalização, a maioria trabalha com as portas fechadas.

Luiz, que trabalha há 12 anos nesse segmento, retrata bem a cultura da informalidade, arraigada na região: “já trabalhei formal e agora estou informal, mas o serviço e o salário são iguais, não tenho férias no papel, mas tenho período de descanso e, quando preciso trabalhar mais, ganho hora extra”, explica.

Mas existem empresas maiores legalizadas, como a confecção de José Robélío da Silva, que produz 60 mil peças por mês e contrata 120 funcionários. Ele próprio já trabalhou na informalidade: “quando comecei, na década de 70, fazia milonga, que é um calção emendado, com elástico feito de câmara de pneu cortado”, lembra. Em 1986, Robélío resolveu registrar a confecção, porque queria crescer e precisava da nota fiscal, mas só passou a registrar os funcionários dez anos depois. Hoje, ele defende a formalização: “valeu a pena porque não tem coisa melhor do que a tranquilidade”. Os empregados reconhecem o avanço, como Danilo Alves, que trabalha há 16 anos com Robélío: “não vejo vantagem em trabalhar na informalidade, a gente ganha mais agora, mas no futuro não vai valer a pena”.

Cultura da informalidade começa a mudar

Trabalho de conscientização estimula contratação formal de trabalhadores nas pequenas confecções da região.



Luana Taís Gonçalves

Nas ruas tranquilas da Capital da Camisa, como é conhecido o distrito de Pão de Açúcar, no município de Taquaritinga do Norte (PE), o barulho das máquinas de costura pode ser ouvido em praticamente todas as casas, envolvendo famílias inteiras na produção marcada pela informalidade.

Mas o trabalho persistente de uma professora ajuda a modificar essa realidade. Convidada pelo DIEESE para participar do Projeto de Redução da Informalidade por Meio do Diálogo Social, Luana Taís Gonçalves iniciou um trabalho de conscientização das pessoas, principalmente de seus alunos. "Eu perguntava o que eles achavam da formalização, e muitos diziam que não queriam, porque desejavam se aposentar como agricultores".

Ela explica o círculo vicioso da informalidade: "aos 11 anos, as crianças já trabalham para a família no aprontamento, que é a retirada das sobras de linha das camisas; aos 14, entram para as empresas como

jovem aprendiz e, quando aprendem o ofício, montam sua própria facção, quase sempre informal". Mas ela percebe um número crescente de empresários que registram seus empregados.

É o caso de Jackiana da Silva Bezerra, que se prepara para legalizar sua empresa, porque planeja aumentar a produção de 20 mil camisetas por mês para 35 mil. "Pretendo formalizar para melhorar para mim e para meus funcionários", explica.

Mão dupla

O empresário Diego Felipe Alves só começou a contratar com carteira assinada depois de ser notificado pela fiscalização. Com 22 funcionários hoje, contra dez na época da informalidade, ele aponta vantagens: "eu cumpro com todos os deveres, mas agora também posso exigir mais do funcionário. Antigamente, eu não tinha essa força", diz, satisfeito com o sucesso de seu negócio.

"Pretendo formalizar para melhorar para mim e para meus funcionários".

A noção de direito é muito frágil em nossa cultura

As mulheres ocupam 90% dos postos de trabalho no polo têxtil, a grande maioria na informalidade.

Situação que levou as secretarias da Mulher de Santa Cruz do Capibaribe, de Toritama e de Caruaru a criar o projeto Mulheres Costurando Direitos, para debater formas de estimular a formalização.

A coordenadora de Políticas para Mulheres da Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe, Clarissa Carvalho, é uma entusiasta do movimento.

Por que fazer um projeto voltado para as costureiras?

Clarissa: Apesar de muito valorizada do ponto de vista simbólico, essas mulheres trabalham cerca de 10 horas por dia, acumulam o serviço doméstico, trabalham em locais sem infraestrutura e a maioria desconhece seus direitos trabalhistas. A noção de direito é muito frágil em nossa cultura. Não podemos culpá-las porque não foi uma opção, foi a estratégia que elas tiveram para sobreviver.

Quais as maiores dificuldades vividas por essas mulheres?

Clarissa: A maioria trabalha por produção e, mesmo na informalidade, ganham muito dinheiro. Mas quando engravidam, não têm licença maternidade; quando adoecem, não têm nenhum direito; na hora da aposentadoria, também não têm esse direito. Outro problema são as doenças decorrentes da profissão: lesão por esforço repetitivo (LER), dor na coluna, dor nos olhos. E são essas mulheres que sustentam a base de nossa economia.

Como o projeto foi desenvolvido?

Clarissa: O primeiro passo importante foi levar a questão da informalidade para um debate público. Realizamos o seminário "Somos nós que fazemos o polo de confecções".

Foram três encontros, um em cada cidade, com auditórios lotados. A discussão foi bem recebida porque não estávamos culpando ninguém, a gente queria refletir e pensar junto uma solução. Após o seminário, selecionamos 15 estudantes de cada cidade para participar de oficinas sobre as condições de trabalho nas confecções.

Como foi esse trabalho de formação de consciência?

Clarissa: Cada estudante escolheu três facções para fazer uma pesquisa. Eram filhos, vizinhos, sobrinhos, conversando com as costureiras sobre seus problemas. A última fase do projeto é fazer, no primeiro semestre de 2014, uma oficina sobre direitos previdenciários com as costureiras, porque muitas mulheres, por costurarem em casa, não se veem como trabalhadoras.

Conceição Amaral



Clarissa Carvalho: refletir e pensar juntas



Bernard Machado

Processamento da castanha sustenta dezenas de famílias



Cajucultura Ceará

Cartilha deu impulso à cajucultura

As 385 famílias associadas às cooperativas de beneficiamento da castanha de caju na região de Pacajus, Ceará, trabalham tranquilas com a garantia de não perderem a condição de segurado especial da Previdência Social.

Uma cartilha com orientações detalhadas sobre direitos previdenciários, elaborada pelo DIEESE a partir de parecer do Ministério da Previdência Social, ajudou a dar mais um impulso às atividades dos produtores de castanha no interior do Ceará. Só depois de estarem certos de que teriam seus direitos mantidos, eles tiveram segurança para sair da condição de agricultor rural avulso e se reunirem em cooperativas onde plantam, colhem, beneficiam e vendem o produto.

O livreto resultou das oficinas promovidas pelo projeto "Redução da Informalidade por Meio do Diálogo Social". Até então, o maior entrave para a organização da atividade em cooperativas era o medo dos agricultores de perderem a condição de segurado especial do INSS. A falta de informação gerou uma onda de dúvidas entre as dez cooperativas singulares espalha-

das por municípios diferentes e a central de Pacajus, a Copacaju, a 44 quilômetros de Fortaleza.

Pronaf

Pequenos produtores beneficiários do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) são classificados como segurados especiais. Eles se aposentam por idade, sem necessidade de contribuição mensal. Basta provar o trabalho no campo. Como as cooperativas incluem outras atividades além do plantio, como o beneficiamento da castanha, os agricultores tinham receio de perder o enquadramento na condição de segurados especiais.

A cartilha mostrou, de forma didática, com perguntas e respostas, que nada mudaria para os pequenos produtores rurais. O trabalho de conscientização foi decisivo para o crescimento das cooperativas e passo importante na formalização da atividade. "Estimulado pelas oficinas, o Ministério da Previdência Social deu a resposta definitiva que os agricultores precisavam", diz Tereza D'Ávila, consultora da Copacaju.

"Tínhamos medo de participar das reuniões e nem sabíamos bem o que o DIEESE e os outros envolvidos queriam. Mas eles falaram nossa língua e tudo mudou",

afirma Cleoneide Silva, presidente da Copacaju. Ela conta que, antes disso, nem os atendentes do INSS nos municípios da região sabiam informar a respeito. Agora, vários cooperados já se aposentaram.

Tereza lembra que até a intervenção tranquilizadora em forma de cartilha, predominava o burburinho entre os produtores de que a associação em uma cooperativa lhes tiraria o direito previdenciário garantido pela Constituição, o que não era verdade. "De certa forma, isso contribuía para minar o projeto das cooperativas", diz a consultora.

Hoje, a realidade é diferente. As cooperativas reúnem 385 famílias, a maioria em assentamentos da reforma agrária. Marido, mulher e filhos jovens dividem os trabalhos entre lavoura e dez minifábricas que transformam a castanha de caju em amêndoas

de boa qualidade. Da central de Pacajus, a produção é vendida para atacadistas do sudeste do país.

Na avaliação de Reginaldo Aguiar, supervisor técnico do DIEESE no escritório do Ceará, o projeto contribuiu de forma efetiva para a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida. "A nota técnica, obtida através do diálogo social, foi uma conquista extremamente importante que os trabalhadores, isoladamente, não teriam conseguido".

A cartilha mostrou, com perguntas e respostas, que nada mudaria.

Tereza d'Ávila: Falta de informação minava o projeto de cooperativas



Bernard Machado

Projeto de Redução da Informalidade sensibilizou agricultores familiares



Reginaldo Aguiar: nota técnica foi conquista do diálogo social



Fotos: Arquivo DIEESE



Um salto na gestão

Toda a cadeia em torno da Central de Pacajus ganhou contornos de profissionalismo após o trabalho de conscientização. Um plano de negócios elaborado em março de 2013 traçou o diagnóstico do mercado e definiu ações, que vão desde o estímulo ao intercâmbio entre as cooperativas até estratégias alternativas de venda, gerenciamento de preços, custos e formas de assistência técnica. O resultado de tudo isso é a melhoria gradativa nas condições de vida dos cooperados.

Antes da criação do sistema de cooperativas a partir de Pacajus, o agricultor familiar da região enfrentava problemas para comercializar a produção de castanhas. Não havia capacidade técnica para gerir o negócio, nem capital de giro e acesso ao crédito mais amplo por falta de garantias, além da incapacidade de lidar com eventuais quebras de safra, entre outras dificuldades.

Círculo vicioso

Com frequência, o dinheiro que viria da venda para atravessadores já estava empenhado no pagamento do maquinário alugado para preparar a lavoura. Era um círculo vicioso com efeitos danosos. “Há dez anos, não gerávamos renda. Sobrevivíamos dos programas

sociais do governo”, lembra Raimundo Pereira, diretor financeiro da Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara, em Ocara.

O projeto das cooperativas na área do caju no Ceará tem origem em 2004, com a implantação das dez minifábricas de castanha em comunidades diferentes. A tecnologia desenvolvida pela Embrapa tinha como objetivo inicial a exportação do produto. Mas, por enquanto, toda a produção é destinada ao mercado interno. Para cada cinco quilos de castanha, se extrai um quilo de amêndoa processada.

Números do setor

O Brasil é o terceiro produtor mundial de castanha de caju *in natura* e também na oferta de amêndoas, atrás de Índia e Vietnã. O cultivo ocupa aproximadamente 700 mil hectares nos estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão e Bahia. A cadeia produtiva do caju gera mais de 300 mil empregos no Nordeste, distribuídos nas atividades agrícola, industrial e de serviços. O Ceará é o principal produtor brasileiro, responsável por 80% das exportações de amêndoas. Em 2012, as vendas externas do Estado totalizaram US\$ 185 milhões.

Copacaju garante a dignidade de 385 famílias cooperadas



Cleoneide Silva quebrou tabus e fez o negócio prosperar



TV paga e computador em casa

Os produtores de castanha nos municípios cearenses de Ocara, Chorozinho, Tururu, Aracati e Aquiraz comemoram hoje os resultados obtidos com o sistema de cooperativas. A produção de até 1.320 toneladas por ano, somando todas, mudou a vida de muita gente que trabalha na cadeia do caju.

Hoje, a maioria tem transporte próprio, TV por assinatura e internet em casa. “Aqui já temos dez carros e umas 30 motos”, festeja Raimundo Soares da Silva, um dos pioneiros no assentamento Che Guevara, em Ocara, onde 45 famílias trabalham no plantio, colheita e beneficiamento da castanha.

“A gente achava que nunca ia ter um computador em casa”, diz Cleoneide de Lima Silva, presidente da Central de Pacajus e moradora do assentamento Aroeira Vilany, em Aracati. “Não temos luxo, mas as pessoas chegam aqui e perguntam: isso é um acampamento mesmo?”, brinca.

A instalação das minifábricas de beneficia-



Bernard Machado

Raimundo Soares da Silva festeja o aumento da qualidade de vida de todos

mento, onde a maior parte dos trabalhadores são mulheres e filhos dos produtores, serviu também para segurar os jovens na região. Até então, o êxodo era inevitável, já que, normalmente, a safra vai de novembro a janeiro. Depois disso, não havia o que fazer.

Uma das consequências é o aumento do nível de escolaridade entre os assentados. “Temos 15 universitários aqui, outros fizeram curso técnico na área da agropecuária e há até professores”, conta Raimundo Pereira, diretor financeiro da cooperativa de Ocara e também produtor.

“O importante é que o agricultor não precisou sair da lavoura para gerar renda e melhorar a qualidade de vida”, diz Tereza D’Ávila, consultora da cooperativa central de Pacajus e que dá suporte também à gestão das outras unidades. “As cooperativas apenas organizaram a produção aproveitando a mão de obra familiar”, completa.

“As meninas da castanha”

Cleoneide de Lima Silva nasceu e cresceu na roça. E se orgulha disso. Hoje, aos 36 anos, é uma referência na cadeia produtiva da castanha no Ceará. Quebrou tabus, enfrentou a desconfiança de homens e até mesmo de mulheres na gestão das cooperativas e hoje ocupa a presidência da Copacaju, a central instalada em Pacajus.

Em 2006 ela encarou o desafio de gerir a cooperativa de Aracati, apesar da grande resistência de seus pares. “Não queriam que eu fosse, falavam que mulher conversa demais e que isso não iria dar certo”, lembra Cleoneide. Ficou oito anos lá, três como presidente e o restante como diretora.

Chegou numa época em que produtores trabalhavam para pagar dívidas e saiu com o respeito de todos. Prova disso é que assumiu a presidência da cooperativa central,

em Pacajus. “Nem consigo acreditar que cheguei aqui. É o reconhecimento de um trabalho”, diz ela, sem esconder a emoção. “Fico olhando o que tínhamos e o que temos agora e fico até com lágrimas nos olhos”, confia Cleoneide.

Sucessão

Deu tão certo que Cleoneide deixou uma mulher como sucessora na cooperativa de Aracati, a produtora rural Klenilma Moreira de Oliveira. Lá, 90% dos cooperados são do sexo feminino. Depois de romper a barreira do preconceito, hoje elas são conhecidas como “as meninas da castanha”.

Nas mãos delas, o negócio vem prosperando ao ponto de haver participação nos lucros ao final do ano, quando a cooperativa divide entre os produtores a sobra de caixa.

Piloto busca integrar migrantes às normas trabalhistas do país

*Uruguiana, cidade gaúcha na fronteira
com Argentina, abre espaço para integrar
trabalhadores rurais dos países vizinhos às leis brasileiras.*

Resgatar a cidadania de homens e mulheres que migram em razão do trabalho é uma das propostas do piloto de Uruguiana, cidade localizada no extremo oeste do Rio Grande do Sul, na fronteira com Argentina e próxima ao Uruguai. Essa é a posição de Nelson Wild, Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS). Ele comenta que o projeto é importante para combater as desigualdades e injustiças sociais. Neste caso, a maior delas é a informalidade, que priva o trabalhador do acesso aos direitos sociais (trabalhistas, previdenciários, etc.). “Não somos contra a migração, mas lutamos para que ela seja realizada dentro de uma ação legítima, com todos os benefícios que o país oferece em termos de políticas sociais”, defende.

Júnior César Dias, economista do DIEESE, relata que o piloto de Uruguiana surgiu da ideia de associar o problema da informalidade no setor rural à situação desses trabalhadores na área de fronteira, dentro da abordagem do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de levar a experiên-

cia dos pilotos para alguns países vizinhos da América Latina.

Segundo ele, o momento chave desse piloto aconteceu quando o projeto foi levado

para as reuniões da cúpula social do Mercosul (associação de livre comércio entre Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela). Foi a oportunidade para aproximar os brasileiros do movimento sindical, movimentos sociais e governos dos países de fronteira.

A partir dessa mobilização, foi organizada uma oficina de trabalho, com a presença de movimentos sindicais da

Argentina e do Uruguai. “Optamos por não envolver ainda os outros países devido à abrangência do piloto, que era na área de fronteira”, justifica. Nessa oficina, foi elaborado o plano de ações abrangendo os três países.

O projeto é importante para combater as desigualdades e injustiças sociais, sendo a maior delas a informalidade.

Diálogo aproxima países

Embora o piloto esteja programado para concluir o processo dialógico em abril de 2014, a intenção é que as ações continuem. Elias D’Ângelo Borges, secretário de Assalariados e Assalariadas

Rurais da Contag, afirma que o diálogo com os outros países tem fluído com facilidade e encontrado uma demanda cada vez maior à medida que os debates acontecem. “O diálogo social pelo piloto abriu portas para o acesso e relacionamento com as autoridades e com os movimentos sociais e sindicais de outros países, e traz o desafio do foco que será dado daqui para frente”.

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruguiana, Olívio de Freitas, concorda que o Projeto de Redução da Informalidade não pode se limitar à conquista de alguns acordos multilaterais. “A relação com Argentina é lenta. Queremos que haja mudança, mas, para isso acontecer, é preciso que haja a participação dos empregadores brasileiros”, explica, citando a concorrência desleal do arroz argentino que utiliza produtos químicos proibidos no Brasil e é vendido

aqui sem identificação de procedência.

Antônio Lucas Filho, que acompanhou o piloto de Uruguiana quando era diretor da Contag, finaliza dizendo que considera o projeto interessante, porém trabalhoso. “É difícil porque as pesso-

as acham que os resultados vão sair rápido, mas demora porque tem barreiras para vencer. Mas eu acredito no projeto”.



Elias D'Ângelo Borges, da Contag, espera que a ideia de uma carteira de trabalho unificada nos países de fronteira se torne realidade.

Carteira de trabalho unificada nos países de fronteira

Um dos desdobramentos mais importantes do piloto é a ideia da chamada carteira unificada de trabalho, que está em discussão na cúpula social do Mercosul e será específica para trabalhadores da região de fronteira. “Essa carteira seria aceita pelo Uruguai, Argentina e Brasil e trata-se de uma maneira mais rápida de se obter o documento, o que facilita a comprovação de tempo de trabalho e garante mais agilidade na contratação formal. A criação está em processo e tem grandes possibilidades de dar certo”, relata Júnior César Dias, economista do DIEESE.

O secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais da Contag, Elias D'Ângelo Borges, diz que a ideia já evoluiu no debate, mas ainda há um longo caminho a percorrer até a unificação. “Já existem propostas e

debates, e vamos chegar lá em pouco tempo. É um sonho resolver essa questão”, conclui.

Migração

Outro problema, para Olívio de Freitas, é o grau diferenciado de informalidade entre os países. “No Brasil, o índice de informalidade atinge cerca de 30% dos trabalhadores, enquanto nos outros países os informais chegam a 90%”. Olívio explica que a mão de obra altamente qualificada de Uruguiana desperta o interesse dos países de fronteira. “Porém, os brasileiros que vão trabalhar fora acabam na informalidade, uma vez que não é permitido, nesses países, mais de dez por cento de mão de obra estrangeira”, denuncia Olívio. ■

Alto grau de informalidade

Mobilizar atores, implementar o diálogo social e buscar novos parceiros foram desafios desempenhados com sucesso no piloto do comércio da capital gaúcha.

Os dados da informalidade em Porto Alegre despertam interesse de diversas entidades preocupadas com a situação. Parcela significativa dos trabalhadores do comércio no local ainda trabalha sem registro formal. Foi o que revelou a pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DIEESE) de 2010. Segundo ela, dos 108 mil ocupados no comércio de Porto Alegre, 40% eram trabalhadores informais.

Para o vice-presidente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), Leonardo Schreiner, participar do piloto permitiu discutir dúvidas e dados que eles já possuíam sobre o problema da informalidade. Além disso, um resultado relevante do projeto foi o aumento da inserção dos trabalhadores no comércio formal. "O comércio informal é um grande problema para as empresas legalmente estabelecidas, pois gera concorrência desleal", comenta.

Buscar na prática um maior conhe-

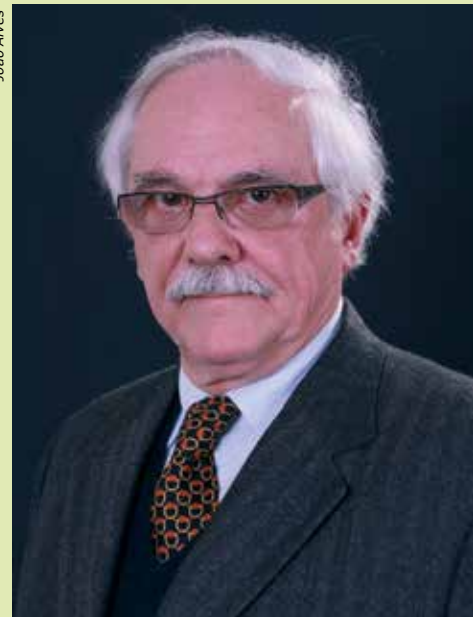
cimento sobre os trabalhadores informais também foi uma grande oportunidade proporcionada pelo projeto, na visão do dirigente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Porto Alegre (Sindec), Valdir Lima. "O importante é ouvir deles essa realidade", avalia. Valdir também considera relevante o fato de os trabalhadores estarem sendo assessorados pelo Serviço Brasileiro de Apoio

às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-RS) sobre como lidar com seu próprio negócio, contribuindo para o sucesso do empreendimento.

O sindicalista observa que todos os atores envolvidos no projeto demonstraram compromisso com seus objetivos, pois sentiram necessidade de contribuir para a

melhoria nas condições dos trabalhadores e da sociedade como um todo, o que facilita o sucesso das metas propostas.

João Alves



Leonardo Schreiner: informalidade gera concorrência desleal

**Pelo menos
40% dos
trabalhadores
do comércio
são autônomos
sem registro
em carteira.**



Ônibus da Formalização legalizou empreendedores individuais

Ônibus da formalização

A mobilização social e a cooperação dos envolvidos no comércio de Porto Alegre geraram uma iniciativa inédita no Brasil: a Linha da Pequena Empresa, ou Ônibus da Formalização.

O projeto tem como

objetivo facilitar o acesso dos interessados em formalizar pequenos negócios, obter microcrédito, alvarás e licenças municipais. De acordo com Daniela Sandi, técnica do DIEESE no Rio Grande do Sul, a proposta é percorrer vários bairros da cidade em um ônibus adaptado, onde os empreendedores recebem assessoria em pequenos grupos e podem concretizar a formalização como empreendedor individual.

A ação é fruto de uma parceria da Secretaria Municipal de Produção, Indústria

e Comércio (Smic) da Prefeitura de Porto Alegre com o Sebrae-RS e a empresa de transporte coletivo Companhia Carris Porto Alegrense.

Os resultados desse projeto já são perceptíveis. Em nove meses de atuação ao longo de 2011, o ônibus já havia percorrido 36 bairros, realizado 3.447 atendimentos e registrado 597 empreendedores individuais. Além disso, a proposta está sendo levada para outros estados, e a cidade de Natal (RN) já manifestou interesse em adotá-la.

Pesquisa inovadora

A pesquisa qualitativa Subsídios para uma política de formalização: Trabalhadores por conta própria do Comércio de Porto Alegre, realizada em 2011, buscou conhecer como vivem e o que pensam os cerca de 21 mil trabalhadores autônomos no setor.

A pesquisa foi elaborada pelo DIEESE e realizada por meio de Grupos Focais com a finalidade de identificar o perfil e as principais demandas dos trabalhadores autônomos, além de verificar as reais causas do fenômeno que leva essas pessoas a permanecerem na condição de trabalhadores informais. Participaram 65 trabalhadores, entre proprietários e auxiliares do Shopping do Porto, também chamado de “camelódromo”, e do comér-

cio de rua da Avenida Assis Brasil, segunda maior área de comércio em Porto Alegre.

Daniela Sandi acompanhou todo o processo e conta que os trabalhadores trouxeram um rico relato de suas vidas. “E de uma forma generosa, pois contaram precisamente como são as coisas, não somente no seu trabalho, mas nas suas relações e também na esfera privada, falando de suas casas, suas famílias, suas esperanças e sentimentos”.

Os resultados dessa pesquisa reforçaram a importância de se desenvolver políticas públicas direcionadas à formalização e à proteção social. A pesquisa reforçou igualmente a necessidade de ações para a eliminação de todas as formas de discriminação.

“Além de contribuir com a melhora da categoria, a pesquisa é um importante subsídio para o Poder Público e para a sociedade em geral, movimento sindical e todos os agentes e instituições envolvidos com essa atividade na definição de estratégias de combate à informalidade”, conclui a técnica. ■

Fotos: Arquivo DIEESE



Daniela Sandi: pesquisa é um rico retrato da vida dos informais



Tyago Macedo

Formalização no cardápio

Informação e apoio aos empresários para registrar seus empregados são a receita apontada pelo piloto de bares e restaurantes de Natal do Projeto de Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social



Grande gerador de trabalho e renda, o segmento de alimentação em Natal opera com mais de 40% da mão de obra na informalidade, segundo estimativas de Melquisedec Silva, supervisor do DIEESE no Rio Grande do Norte. Embora seja perceptível uma forte ampliação do trabalho formal nos últimos anos, o cenário em Natal retrata uma realidade comum a outros centros turísticos.

O piloto congregou representantes do setor público, como o Instituto de Educação Federal, de sindicatos, entidades empresariais e trabalhadores autônomos inseridos no segmento. Depois de duas oficinas, foi criado um grupo gestor para monitorar o Plano de Trabalho e dar o devido encaminhamento às ações discutidas e aprovadas.

**Ônibus da
Formalização
sensibiliza os
empresários.**

Duas propostas se destacam: uma delas é o projeto desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) de Canguaretama, que trata de inserir temas do mundo do trabalho e as possibilidades de proteção social para alunos da rede pública do município. A outra é a articulação que reúne a Prefeitura, o Sebrae, Sindicatos e a Associação Comercial e Empresarial, para implantação em Natal do Ônibus da Formalização. Trata-se de um esforço de redução

da informalidade inspirada em uma bem sucedida experiência realizada em Porto Alegre (RS), pela qual equipes do Sebrae visitam as empresas, oferecendo aos empresários informação, orientação e apoio para registrar seus empregados.

Diminuir obstáculos

Sandoval Lopes, Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do Rio Grande do Norte (Sindhoteleiros-RN), aprovou a participação no projeto, satisfeito com a ampliação da discussão sobre o tema. Sandoval considera que a ação conjunta irá contribuir para “diminuir os obstáculos existentes no setor, além de proporcionar aos trabalhadores uma constante renovação de seus direitos”.

O maior desafio do piloto foi vencer o conformismo e a descrença na solução do problema, na avaliação de Melquisedec. Mas, para ele, “a experiência de dialogar com todos que formam o setor e a possibilidade real de que ações sejam implantadas para que o ambiente econômico seja mais favorável a todos já é um fato positivo”, avalia o supervisor do DIEESE.



Fotos Arquivo DIEESE

Piloto reuniu representantes dos trabalhadores, de empresários e do setor público



Melquisedec Silva: desafio de vencer a descrença



Tyago Macedo

Max Fonseca elogia a riqueza das discussões

Contra a competição desleal

Igualdade de condições na competição entre as empresas e evolução equilibrada do mercado. Essas são algumas vantagens que a formalização dos trabalhadores pode oferecer aos empregadores, de acordo com Max Fonseca, Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) em Natal. “Uma das grandes lutas que temos é contra a informalidade, porque a encaramos como uma competição desleal. Inclusive, todos os nossos associados devem ser totalmente formalizados para participar”, explica Fonseca.

Ele elogia a riqueza das discussões do Projeto de Redução da Informalidade e vislumbra boas perspectivas: “agora temos uma base que foi debatida com vários parceiros. Então, os resultados vão depender das condições que teremos para implementar essas ações”, conclui. ■



Foto: Arquivo



Construção Salvador

Investir no aumento da fiscalização

Piloto da Construção de Salvador aponta a necessidade de ação ordenada de fiscalização nos canteiros de obras para combater o alto índice de informalidade no setor.



“A informalidade tira diversas oportunidades dos trabalhadores, incluindo seus direitos sociais e até mesmo a segurança no trabalho. A situação irregular deixa os trabalhadores vulneráveis, porque a fiscalização dos itens de segurança por parte da empresa, com o trabalhador informal, é menor”. Com essas palavras, José Ribeiro Lima, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira no Estado da Bahia (Sintracom-BA), defende o Piloto da Construção em Salvador do Projeto de Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social. Posição endossada por Paulo Roberto Silva dos Santos, Secretário-Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada e Montagem Industrial da Bahia (Sintepav). “Quando o trabalhador se encontra em uma situação irregular, muitas vezes as condições de trabalho são precárias e não há proteção em caso de doença ou acidentes, além de perder o direito de aposentadoria”, explica ele.

Em um primeiro momento, o setor de construção pesada foi o escolhido para o Piloto de Salvador. Porém, durante as visitas de sensibilização constatou-se que a informalidade está mais presente na construção predial, onde existe um maior número de subcontratações, conforme informa a supervisora do DIEESE do escritório Regional da Bahia, Ana Georgina Dias.

Os atores convidados participaram de duas oficinas. A primeira teve como objetivo nivelar a informação entre os participantes em relação ao diagnóstico sobre a informalidade no setor da construção. A participação foi expressiva, com a presença de representantes de vários segmentos do governo, como o Ipea, o Ministério Público, o INSS, a Secretaria do Trabalho do Estado da Bahia. E, por parte dos trabalhadores, compareceram as centrais sindicais Força Sindical, CTB, CUT, o Sintepav e o Sintracom, entre outros.

A segunda oficina tratou do enfrentamento que seria dado a esse assunto. Foi elaborado um Plano de Ação com algumas medidas para solucionar a questão da informalidade. Os participantes identificaram os principais geradores de informalidade no setor de construção, que são as obras de difícil acesso, as atividades realizadas por trefeiros (pequenos empreiteiros), a terceirização e a alta rotatividade. Como desdobramento dessa oficina, o Sintracom decidiu formar um comitê para fazer visitas a obras que não possuem projeto e alvará de funcionamento, com o objetivo de mostrar a importância do trabalho formal.

Convergência

Uma das grandes conquistas do Piloto de Salvador foi conseguir convergência entre atores que normalmente estão em posições antagônicas. “Normalmente, trabalhadores e empregadores estão em lados opostos. Eu diria que o resultado mais significativo do piloto até o momento foi promover este diálogo, que não é tão simples, como se pode pensar em um primeiro momento”, opina Ana Georgina.

Outro resultado interessante do Piloto, de acordo com a supervisora, foi conseguir mostrar, por meio do diálogo, que a informalidade não é interessante para nenhuma das partes. “Não é ruim só para o trabalhador, que fica sem proteção social, ou para o poder público, que fica sem arrecadação, mas também é ruim para o próprio empresário que sofre uma concorrência desleal”, argumenta.

Fiscalização

Como soluções propostas para aumentar a formalização, Paulo Roberto, do Sintepav aponta as ações de fiscalização a partir do Ministério do Trabalho, da Superintendência Regional do Trabalho, do Ministério Público e dos sindicatos diretamente nos canteiros de obra. Outras propostas aprovadas foram a criação de comitês de incentivo à formalidade, similares aos que existem em Curitiba, e a melhoria da forma de emissão da Certidão Negativa de Débito (CND), para registrar a data de início da obra, o número e a identificação dos trabalhadores.

José Nivalto Souza Lima, diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil - seção Bahia (CTB-BA) também listou outras recomendações aprovadas, como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem alteração no salário; realização de campanha de sensibilização para combater a informalidade; e elaboração de um projeto de lei que garanta a manutenção dos empregos nas empresas que foram beneficiadas pela

desoneração nas folhas de pagamento. “Por meio do Piloto foi possível desenvolver de fato uma campanha de combate à informalidade, iniciando pela construção civil e, quem sabe, futuramente, poderemos abranger outras categorias. Vamos continuar o diálogo e continuar buscando soluções”, afirma José Nivalto.



Arquivo Sintracom

José Ribeiro, do Sintracom, aponta a fragilidade do trabalhador informal



Arquivo Sintepav

Paulo Roberto, do Sintepav, elogia os cursos de formação previdenciária



Camila França

José Nivalto, da CTB, quer que o diálogo continue para buscar novas soluções

Esforço pela formalização

Piloto da Construção Civil de Curitiba fortalece o Comitê de Incentivo à Formalidade, com a ampliação das parcerias.

O Piloto da Construção de Curitiba surgiu com a intenção de consolidar um projeto que já existia no local, o Comitê de Incentivo à Formalidade, que precisava de mais participação efetiva, divulgação e parceiros.

O Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (Sinduscon-PR) participou do Piloto por meio do Comitê de Incentivo à Formalidade, formado graças a parcerias entre o Sindicato, órgãos do Governo e trabalhadores.

O Vice-Presidente da Área Técnica do Sinduscon-PR, Euclésio Manoel Finatti, compareceu a todos os encontros do Piloto, pois acredita ser necessário desenvolver atitudes positivas em prol do processo de formalização dos trabalhadores.

Trabalho efetivo

Euclésio explica que o Sinduscon já possui um trabalho efetivo nesta área, por meio do Comitê de Incentivo à Formalidade. "Todos os dias visitamos canteiros de obra e, se tem trabalhador que esteja informal, nós incentivamos o dono da obra a formalizá-lo. Porém, infelizmente, atingimos uma quantidade pequena, pois não temos financiamento para isso".

Ele faz parte da Mesa Nacional das Negociações de Construção Civil do Brasil, onde participam a Secretaria Geral da Pre-

sidência da República, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção e as centrais sindicais. Euclésio explica que "existem alguns exemplos de replicação de nossa experiência



Euclésio Finatti (de gravata) quer expandir a experiência dos comitês de Incentivo à Formalidade

no Brasil, baseados no trabalho que a gente desenvolve".

Euclésio considera que a proposta do DIEESE é interessante e pertinente. Porém, ele defende a utilização de outras iniciativas, de forma a dar continuidade ao que já é feito pelo Comitê de Incentivo à Formalidade. "Estamos abertos a desenvolver um próximo passo do Piloto, depois do diálogo proposto inicialmente. Vamos adaptar esta experiência," propõe. ■



Domésticas da Bahia discutem os direitos legais estabelecidos pela PEC da categoria

Trabalhadoras domésticas se mobilizam na Bahia

A Grande Salvador apresenta o maior percentual de emprego da categoria no país, com histórica tradição de luta por seus direitos.

Aos sete anos, Milca Martins Evangelista deixou a casa dos pais, em Cruz das Almas, no sertão da Bahia, rumo a Salvador, para trabalhar numa casa de família. Lá, cuidaria de uma menina, tão criança quanto ela.

Uma das promessas, no acordo feito entre patrões e seus pais, era a de que Milca iria aproveitar as facilidades da capital para estudar e pavimentar um futuro melhor. Mas foi só promessa. Além de se submeter ao trabalho infantil, a filha do sertão conseguiu se alfabetizar apenas aos 22 anos. Carteira assinada, só aos 44, sua idade atual.

Milca é o retrato da discriminação e descaso com que é tratada a profissão de empregado doméstico e sabe muito bem disso. Hoje, ela é uma profissional atuante em defesa dos direitos dos colegas, participa de reuniões no sindicato da categoria em Salvador e foi assídua nas oficinas do piloto que reuniram trabalhadores, patrões e entidades em busca de um futuro melhor para a profissão na Bahia.

“É uma luta de 80 anos”, diz Milca, referindo-se às décadas de preconceito contra os domésticos. “Infelizmente, nunca fomos ouvidos, e agora temos a oportunidade de nos informar e nos expressar nestas oficinas promovidas pelo DIEESE”.

PEC garantiu avanços

Segundo Milca, a grande repercussão da PEC, sancionada em 2013, que garantiu direitos aos trabalhadores domésticos como jornada, pagamento de hora extra e FGTS, ajudou a mobilizar os profissionais e a “acordar” os patrões para a necessidade de regularizarem a situação. Ela mesma só teve a carteira assinada depois disso.

A escolha da Bahia como local de um piloto no âmbito do convênio Setre-DIEESE do Observatório da Bahia, não foi por acaso. Tradicionalmente, os trabalhadores domésticos do Estado são mais mobilizados na luta por seus direitos. É em Salvador que está a sede da Federação Nacional dos Tra-

balhadores Domésticos (Fenatrad). Além disso, os domésticos representam 7% do total de ocupados na capital baiana. É a região metropolitana com maior percentual, segundo o IBGE.

Creuza Oliveira, presidente da Fenatrad, ressalta a importância do processo do Diálogo Social para a categoria, por ter aberto um canal de comunicação entre todos os setores. Ela considera a manutenção do diálogo imprescindível na luta pela conscientização da categoria. “Muitas vezes o trabalhador não sabe como colocar em prática seus direitos, pela falta de informação, que nem sempre chega com facilidade”, diz. “Precisamos estimular as pessoas a ler mais e procurar informação”.

Apesar do forte grau de mobilização no Estado, estima-se que 78% dos cerca de 408 mil trabalhadores domésticos da Bahia trabalhem sem carteira assinada, ou seja, sem direitos previdenciários. A maioria recebendo menos que um salário mínimo. Esses dois aspectos estão presentes na maior parte das 40 consultas que os empregados fazem diariamente, em média, ao Sindicato dos Trabalhadores Domésticos, em Salvador.

Referência nacional

Os números do trabalho doméstico na Bahia revelam o tamanho do desafio na luta contra a informalidade do setor, mas as oficinas do Diálogo Social apontam para importantes avanços.

De lá saíram propostas como o fortalecimento da organização sindical, ampliação de iniciativas de combate à violência contra a mulher, mais fiscalização do trabalho no setor e apoio ao programa de saúde da categoria.

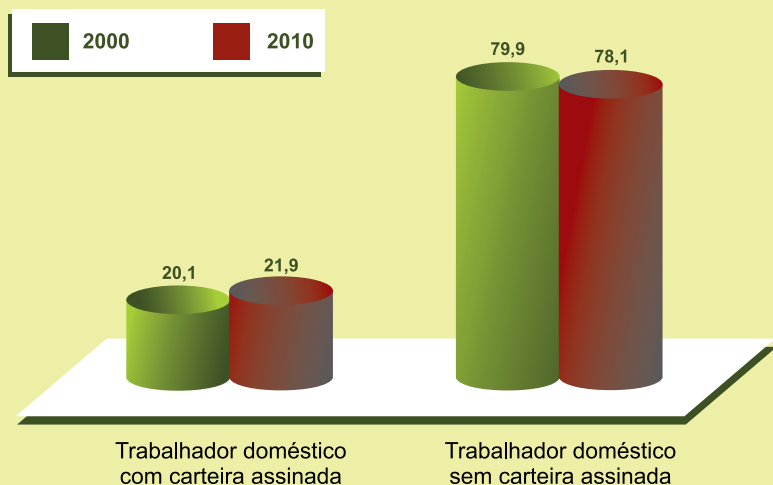
Além disso, programas já em andamento na Bahia podem ser ampliados e virarem referência nacional. Um deles é o que garante moradia gratuita aos trabalhadores domésticos. Numa primeira fase, 80 famílias foram beneficiadas, e a expectativa é a de que o número de habitações chegue a 500 em médio prazo.

Cerca de 78% dos 408 mil trabalhadores domésticos na Bahia trabalham sem carteira assinada.

Também entraram na pauta de discussões outros projetos já em execução, que receberam propostas de melhoria. Os programas de qualificação e educação profissional, por exemplo, passarão a ter aulas noturnas para conciliar com a jornada de trabalho. Escolaridade e conscientização são importantes frentes de atuação. Segundo dados do IBGE, 46% dos domésticos baianos não têm o ensino fundamental completo.

Já o serviço de intermediação de mão de obra, oferecido pelo Governo da

INFORMALIDADE AINDA PREDOMINA ENTRE AS DOMÉSTICAS NA BAHIA



Fonte: IBGE, microdados do Censo 2000 e 2010. Elaboração: DIEESE



Cleusa Maria de Jesus, presidente do Sindomésticos-BA

Bahia, vai dar atenção à forma de contratação de autônomos, como diaristas, que podem ganhar contratos específicos para os diferentes locais de trabalho. Por esse sistema, os trabalhadores são encaminhados já com salário e jornada definidos, que são aceitos pelo patrão.

“O confronto de propostas, com todos reunidos na mesma mesa, aponta caminhos objetivos para políticas públicas, levantando as questões mais fundamentais”, afirma Frederico Fernandes, coordenador do Observatório do Trabalho da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia.

“Colocamos nossas demandas. Posso dizer que colhemos bons frutos”, endossa Cleusa Maria de Jesus, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia.

Mulheres, negras e crianças

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio, do IBGE, 92,6% dos trabalhadores domésticos são mulheres, 60,8% das quais negras. As domésticas representam 15,5% do total da ocupação feminina no Brasil – isso significa uma em cada seis mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

O trabalho infantil também é uma chaga no emprego doméstico brasileiro. Em 2011, eram 257 mil menores nesta situação, ainda de acordo com o IBGE. Desses, 93,7% eram meninas, e 62,4%, negras. Sete Estados concentram mais da metade dessa mão de obra infantil: Minas Gerais, Bahia, Maranhão, São Paulo, Pará e Ceará.

O salário mínimo (atualmente em R\$ 724,00) é a remuneração média da categoria em todo o país, mas há quem receba apenas a metade disso. A discrepância é grande. São Paulo tem o maior rendimento médio (1,2 salário mínimo), enquanto no Piauí o ganho cai para abaixo de R\$ 400 por um mês de trabalho. No país, 1,37 milhão de domésticos recebem até meio salário, segundo o DIEESE.



Fenatrad

Mobilização dos trabalhadores domésticos da Bahia é exemplo para o Brasil

Mobilização pelos direitos em lei

Mais de seis milhões de trabalhadores, a maioria formada por mulheres negras e jovens, muitas sujeitas a um cotidiano de discriminação. Quarenta e dois anos depois de sancionada a “lei da carteira”, apenas dois em cada dez domésticos são registrados, na média nacional. Do total, apenas 39,4% contribuem para a Previdência Social.

Esse é o quadro da categoria dos trabalhadores domésticos no Brasil, segundo dados do IBGE e da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos. Uma situação considerada dramática, que as oficinas do Diálogo Social buscam mudar nas principais cidades do país.

Além da Bahia, onde a mobilização dos trabalhadores do setor é mais antiga e forte, o tema da formalização do setor foi levado para debate principalmente em São Paulo (estado com maior número de domésticos, cerca de três milhões), Paraná (que tem um sindicato patronal forte) e Distrito Federal (líder no número de empregados com carteira assinada). Também participaram Amazonas, Pará e Mato Grosso.

Uma das pautas de ações comuns em todas as oficinas: a apresentação de um plano envolvendo a regulamentação de leis que regem a categoria, assegurando e ampliando

direitos como FGTS, multa para o empregador que não assinar carteira (ambos já em tramitação no Congresso) e proteção também ao trabalho de diaristas. Outra reivindicação consensual é o aprimoramento nos programas de educação profissional.

Regulamentação federal

Empregados e patrões esperam que as propostas retiradas do Diálogo Social possam resultar em medidas governamentais. “É um



Trabalhadores domésticos discutem a PEC em Brasília

começo. Agora precisamos do envolvimento maior do governo”, cobra Eliana Menezes, presidente da Federação dos Trabalhadores Domésticos de São Paulo. “Falta a amarração final, com a elaboração de um calendá-

rio de ações e estratégias”, sugere Frederico Fernandes, coordenador do Observatório do Trabalho, na Bahia.

Estado onde a força maior está na organização patronal, o Paraná também recebe com expectativa a mobilização nacional em torno do combate à informalidade no emprego doméstico. “Há 20 anos, só o que fizemos foi conscientizar os patrões de seus deveres. Vai funcionar se houver um trabalho forte das três esferas do governo – federal, estaduais e municipais”, diz Bernardino Carvalho, presidente do Sindicato dos Empregadores.

Situação de diaristas

O alto grau de informalidade no emprego doméstico brasileiro, superior a 60% dos trabalhadores na ótica da proteção previdenciária, tem mobilizado os técnicos do Ministério da Previdência Social. As oficinas promovidas em parceria com o DIEESE contribuem para diagnosticar os entraves à formalização do setor.

De acordo com avaliações do Ministério, salta aos olhos a falta de conhecimento do trabalhador doméstico sobre seus direitos. “Além disso, a relação patrão-empregado é muitas vezes distorcida por questões afetivas, o que enfraquece a profissionalização da categoria”, atesta Andrea Rufato, da Secretaria

de Políticas de Previdência Social do MPS.

Uma das discussões mais importantes durante as oficinas diz respeito à situação dos diaristas. Representantes dos trabalhadores cobram legislação sem distinção entre quem recebe por dia de trabalho ou é assalariado. Não há uma lei direcionada às diaristas no Brasil. A conclusão é que se faz necessária uma definição clara do que é um empregado com vínculo e o que é um autônomo.

Com base nos debates, o Ministério da Previdência Social estuda possibilidades de ampliar a proteção social de todos os empregados domésticos, sejam eles mensalisistas ou diaristas.

Dentre as ações previstas estão as campanhas de conscientização sobre os direitos sociais dos trabalhadores, por meio do Programa de Educação Previdenciária, e a criação do eSocial, que permitirá o registro das empregadas domésticas de forma simplificada via internet.

“Precisamos fazer continuamente o resgate da autoestima das trabalhadoras, da valorização, da divulgação, do diálogo social entre os três setores, em conjunto com os trabalhadores, empregadores e sindicatos. Esse diálogo tem que ser constante, inclusive no Congresso”, avalia Creuza Oliveira, a presidente da Fenatrad.

Creuza de Oliveira, presidente da Fenatrad, defende uma atuação permanente para garantir os direitos das trabalhadoras domésticas



Fenatrad





“Momento de reparação histórica”

O sociólogo do trabalho e professor da Universidade Federal da Paraíba, Roberto Véras, diz que o empregado doméstico é um emblema do preconceito no país.

Qual a situação do trabalho doméstico hoje no Brasil?

Roberto: A sanção da PEC das Domésticas foi um momento importante. Ao mesmo tempo em que garantiu direitos, serviu para denunciar a situação degradante do trabalho doméstico no Brasil. A PEC acendeu a discussão e jogou luz sobre um problema de toda a sociedade. Com isso, chamou a atenção do Estado, sindicalismo e trabalhadores para a necessidade de uma reparação histórica que ainda se faz necessária.

Que reparação seria esta?

Roberto: Como a maioria da categoria ainda é formada por mulheres e negros, o trabalhador doméstico é um emblema do preconceito no Brasil. Porque representa a história da formação da força do trabalho no Brasil, submetida a preconceitos, escravidão e toda sorte de assédios, como moral e até sexual. Este segmento, desta forma, concentra problemas que estão arraigados na cultura brasileira.

A inclusão no mercado formal seria o primeiro passo?

Roberto: Não basta dar apenas estímulos aos

patrões como a dedução da contribuição do INSS dos domésticos no IR porque esse problema não é só econômico. Não é como oferecer um Simples ou Supersimples do microempreendedor. É muito mais complexo. O incentivo não supera a questão social, do preconceito e da discriminação.

O que fazer diante desse quadro?

Roberto: É um quadro que a política pública não pode desconhecer. É preciso colocar a questão no meio da sociedade, debater o problema, tirar de uma invisibilidade conveniente para muita gente. A discussão provocada pela PEC trouxe um avanço. O mesmo se deu com as cotas nas universidades, que provocaram debates acerca da temática do negro.

Neste cenário, qual a participação do Diálogo Social?

Roberto: A metodologia do Diálogo Social tem a importância de colocar frente a frente os atores envolvidos na questão. Se os patrões aceitam negociar, isso significa o reconhecimento do preconceito. Já é um avanço. ■

Informalidade: é possível mudar

Clemente Ganz Lúcio
Diretor técnico do DIEESE



Marcelo dalla Pria

Trabalhar é um direito. É por meio do trabalho que mulheres e homens produzem a riqueza e geram renda, base para o desenvolvimento da vida em sociedade. É função social da economia gerar oportunidades de trabalho para todos.

Na sociedade moderna, a luta pela proteção ao sujeito que trabalha gerou mudanças importantes. Coube ao Estado, como finalidade, promover regras e condições para a proteção do trabalhador diante dos problemas de saúde e de impedimentos para o trabalho, prover renda, por ocasião da aposentaria, auxiliar diante do desemprego, colocar limite à jornada de trabalho, definir uma base salarial mínima, garantir qualidade nas condições e relações de trabalho, entre outros direitos. Um trabalhador é formal no sistema porque tem direito a estas proteções e, inclusive, contribui para que elas existam.

Entretanto, aqui no Brasil e no mundo, há milhões que não contam com esse tipo de proteção. O princípio constitucional do direito igual para todos não é cumprido, e homens e mulheres trabalham sem contar com a proteção do Estado. A presença no mercado de trabalho, nesta condição, é denominada cotidianamente de informalidade.

O DIEESE é uma organização técnica criada pelos trabalhadores, financiada e dirigida pelo movimento sindical brasileiro. Tem, por definição, a atribuição de atuar para mudar essa realidade. É com esse objetivo que dirigentes e equipe técnica da entidade

atuam, pois acreditam que os problemas devem ser enfrentados e transformados e, para isso, são necessários conhecimento, propostas e ação.

Partindo dessa premissa, o DIEESE concebeu esse projeto para criar oportunidades de mudança, ou seja, para permitir a saída da situação de informalidade, tendo por ali-cerce o diálogo social. Com o apoio inestimável do BID e a participação das centrais sindicais e de sindicatos, ministérios, prefeituras, governos, organizações empresariais, entre tantos outros, têm sido promovidas muitas ações que estão ajudando a melhorar a vida das pessoas e das comunidades.

**Ações
que estão
ajudando
a melhorar
a vida das
pessoas e das
comunidades**

O direito passou a fazer parte da vida delas, porque elas passaram a promover a própria cidadania.

Estamos concluindo esse primeiro ciclo de experiências concretas. Trabalhadores, empresários, governos, entre outros, interagiram e atuaram em espaços de diálogo com o objetivo de enfrentar as causas que geram a informalidade e promover mudanças. Nesta publicação, relatamos todas as ações e compartilhamos a visão de que é possível fazer mais. Essa experiência está aberta para ser usada por todos que comungam do sonho de mudar essa realidade de exclusão e promover o direito à proteção social de quem trabalha.

DI@LOGAR

PARA

FORMALIZAR

Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social

O TRABALHO ESTÁ
EM NOSSO DIA-A-DIA,
INCLUSIVE NA SALA DE AULA



ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO



Graduação presencial em Ciências do Trabalho
Mais informações: www.escola.dieese.org.br



costurando
arrumando
construindo
plantando
cooperando
trabalhando
atendendo

Diálogo Social

Certificado de
procedência
do papel

Financiamento



Apoios



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Ministério da
Previdência Social

Ministério do
Trabalho e Emprego

